



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MARIANA FRAGA DUARTE

CORONAVÍRUS NAS PERIFERIAS DO JORNAL NACIONAL
UMA ANÁLISE SOBRE AS NOTÍCIAS DO PRINCIPAL TELEJORNAL BRASILEIRO

BRASÍLIA

2021

MARIANA FRAGA DUARTE

**CORONAVÍRUS NAS PERIFERIAS DO JORNAL NACIONAL
UMA ANÁLISE SOBRE AS NOTÍCIAS DO PRINCIPAL TELEJORNAL BRASILEIRO**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à
Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Prof Dr. Luiz Claudio Ferreira

BRASÍLIA

2021



AGRADECIMENTOS

Agradeço a paciência da minha família

Aos meus irmãos

Aos meus professores, em especial, ao meu orientador.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar de que forma o Jornal Nacional, da TV Globo, tratou das realidades das comunidades periféricas brasileiras na cobertura jornalística da pandemia do coronavírus em 2020 e, ainda, se realiza prestação de serviço para o que chamaremos de público não-privilegiado nesse contexto. Essa dúvida pode ser considerada um problema de pesquisa e reflete quais são as opções narrativas diante da complexidade desse tema. Para chegar ao objetivo principal desta pesquisa, foram utilizadas estratégias metodológicas de análise documental e de conteúdo de forma a realizar observações sistemáticas sobre 28 reportagens, que foram ao ar em 314 edições do telejornal, selecionadas como amostra para o levantamento. Dentro deste viés, os materiais foram categorizados em cinco tipologias (culpabilização do vulnerável, dramáticas, educativas, políticas e de solidariedade externa) criadas para organização da pesquisa. A partir das reportagens observadas, em primeiro lugar, devemos destacar que as periferias não fizeram parte da priorização do Jornal Nacional. Nas 28 reportagens analisadas, a categoria dramática, em que se prioriza as histórias de famílias afetadas pela pandemia ou vítimas da doença, foi a mais utilizada. Apesar de dar espaço para as questões e dramas diante das desigualdades sociais, faltam nos materiais busca das causas e das soluções para os problemas. Após um ano de estudo, é possível ainda identificar que existem diferentes momentos das coberturas que variaram de espanto para os problemas a exemplos de falta de recursos. Fome, exclusão digital, educação e desemprego são temas recorrentes. Durante os meses difíceis da pandemia, como abril e março, há matérias que chegam a culpabilizar as vítimas e também com o teor educativo, com objetivo de alertar os sintomas da doença e a importância da higienização das mãos. Outras, porém, mantêm espírito elitista ao comparar bairros nobres com os das periferias e afirmar que os tipos de moradias das comunidades pobres contribuem para o aumento da contaminação. A partir de julho, as reportagens de solidariedade tomam conta.

Palavras-chave: periferias; coronavírus; jornalismo; pandemia; Jornal Nacional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
3	MÉTODO	23
4	ANÁLISE	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	69
	ANEXOS	71

1 INTRODUÇÃO

A cobertura jornalística da pandemia do coronavírus pode ser considerada como uma das mais complexas ações para a atividade profissional desde a 2ª Guerra Mundial. As emissoras abertas de TV alteraram suas programações para trazer mais jornalismo para os cidadãos. É sobre essa plataforma que trataremos. Esta proposta de pesquisa tem por objetivo investigar de que forma o Jornal Nacional, da TV Globo, principal programa jornalístico brasileiro em audiência, tratou das realidades das comunidades periféricas brasileiras na cobertura jornalística da pandemia do coronavírus em 2020 e, ainda, se realiza prestação de serviço para o que chamaremos de público não-privilegiado nesse contexto. Essa dúvida pode ser considerada um **problema de pesquisa, que pode ser acompanhada por outra reflexão: quais são as opções narrativas diante da complexidade desse tema?**

Preliminarmente, parte-se da hipótese de que esse público não foi o principal tema no telejornal dentre os temas que envolveram a crise de saúde. Os estudos sobre a participação popular nos noticiários relacionam-se com o *ethos* da atividade, em relação à necessidade de responsabilidade social do profissional da notícia, em que pese as dificuldades de apuração em um momento em de quarentena, isolamento social e exclusão digital.

Para isso, é necessário verificar quais são as atenções principais da programação e os temas recorrentes. Para a realização esta pesquisa, de caráter essencialmente documental, a proposta é observar telejornais veiculados por um ano, uma amostra que compreende o período entre os dias 16 de abril de 2020, quando o Brasil se aproximou da marca de dois mil mortes por coronavírus, até 16 de abril de 2021, quando o país superou o número de 370 mil vidas perdidas pela doença.

A proposta seria a de identificar as diferenças da cobertura ao longo do tempo e caracterizar o material.

As reportagens inicialmente selecionadas para a amostragem terão que tratar de realidades periféricas e de desassistência. Dentro deste viés, os materiais serão categorizados (com estratégias da análise de conteúdo) em pelo menos cinco tipologias (culpabilização do vulnerável, dramáticas, educativas, políticas e de solidariedade externa).

Justificativa

O Brasil foi apresentado ao cenário de pandemia pelas notícias antes da declaração da Organização Mundial de Saúde (11 de março). No *Jornal Nacional*, programa jornalístico que é veiculado desde 1969 na *TV Globo*, a primeira informação sobre o assunto no país é do dia 22 de janeiro de 2020. A reportagem de 3 minutos e 27 segundos de duração trouxe a primeira suspeita de coronavírus no Brasil, uma semana após a doença ser confirmada na China. Houve, de início, uma orientação à população de que seria necessário redobrar os cuidados de higiene, o que incluía lavar as mãos permanentemente, usar álcool em gel como reforço, e de há qualquer sintoma gripal, a pessoa deveria ficar isolada em casa.

No entanto, o primeiro incômodo relativo a essa orientação que foi reverberada pelos veículos jornalísticos é que o serviço de abastecimento de água nas comunidades de periferia encontra dificuldades permanentes, o consumo do álcool em gel não é realidade para os mais pobres, além do que, a densidade habitacional na periferia é alta, sendo comum mais de duas pessoas vivendo em um quarto. Como o jornalismo faz essas orientações sem contextualizar que a realidade nacional é diversa dos países europeus, em que o déficit habitacional é conhecidamente menor. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, cerca de 16% da população brasileira não tinha acesso à rede geral de abastecimento de água. O número representa 31,1 milhões de brasileiros sem água em casa.

Os materiais jornalísticos, a partir de uma observação preliminar, davam conta de que o Brasil entrou em uma guerra contra o vírus. Há de se ressaltar que pelo menos no primeiro mês de cobertura, os temas relativos à política federal de combate à doença dividiram espaço com as questões sanitárias. Isso se deveu à postura dúbia de agentes públicos, incluindo o presidente da República Jair Bolsonaro, que fez declarações minimizando a pandemia¹, além de outros gestores públicos de todos os poderes. Ainda nesse sentido, é passível de verificação, com estratégia metodológica também para esse fim, se a divulgação de políticas públicas relacionadas à crise de saúde são trazidas (por agentes públicos ou pelo próprio discursos jornalístico) como política partidária, com o viés eleitoreiro em uma cortina de discussão ideológica sobre tema de crise de saúde.

¹ No dia 24 de março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro fez um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, no qual se referiu à covid-19 como “gripezinha ou resfriadinho. Em 28 de abril, respondeu “e daí?” ao ser questionado sobre o número de mortes no Brasil ter ultrapassado a China, o que foi divulgado amplamente pelos veículos de comunicação nas ocasiões

Os discursos voltados para a elite dos agentes públicos e também do jornalismo também podem dificultar a compreensão dos cidadãos. Nessa “guerra” de versões e de argumentos, os interesses do governo ou dos partidos políticos ganham eco nos instrumentos de mediação, ainda que sejam tratados temas de saúde pública, como é o caso em tela. A imprensa brasileira, em que pese sua história de criticidade, tem diante de si um tema/dilema complexo e delicado porque são empresas de capital privado e com interesses específicos, e que precisam produzir conteúdo para consumidores de baixa renda salarial.

De acordo com pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2020, o Brasil somava 12,9 milhões de desempregados. Além disso, o IBGE também mostra que em 2018, o país tinha 13,5 milhões de pessoas com renda mensal per capita inferior a R \$145, ou U\$S 1,9 por dia - segundo critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza. Um quarto da população brasileira, o equivalente a 52,5 milhões de pessoas, vivia na linha da pobreza - com menos de R\$ 420 per capita por mês.

Outro dilema próprio e intrínseco da atividade: os donos dos meios são empresários, os operários (jornalistas) são produtores de notícias, com formação humanista e com o ethos profissional relacionado à prestação de serviço como missão profissional. Ambos trabalham no mesmo campo. Precisam vender e atrair anunciantes. Por outro lado, o código consensual dessa atividade aponta para a responsabilidade social para com as camadas da população com menos voz.

Nesta pesquisa, trazemos alguns temas para essa discussão, como o papel do jornalismo em saúde, a responsabilidade social da profissão, uma reflexão sobre as fontes de informação, método e análise dos materiais veiculados pelo *Jornal Nacional*.

Objetivos

Geral - Investigar de que forma o Jornal Nacional, da TV Globo, principal programa jornalístico brasileiro em audiência, tratou das realidades das comunidades periféricas brasileiras na cobertura jornalística da pandemia do coronavírus em 2020 e 2021, ainda, se realiza prestação de serviço para o que chamaremos de público não-privilegiado nesse contexto.

Objetivos secundários:

- Discutir o papel da responsabilidade social e com a ciência do jornalismo;
- Refletir sobre as ações do jornalismo popular, tratando sobre temáticas e linguagens nesse cenário de pandemia;
- Categorizar reportagens em saúde; e
- Avaliar se os formatos tradicionais do telejornalismo não podem ser limitadores para um jornalismo contextualizado e de soluções

Este relatório de pesquisa está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo que trata do papel social, o segundo que aborda o papel do telejornalismo nesse campo, o terceiro que trata sobre a noticiabilidade, seguidos de método e análise.

1. Jornalismo e papel social

O conceito de responsabilidade social, para Paulo Freire (2008), relaciona-se à prática de quando um sujeito deixa de olhar para outro como uma categoria abstrata (um número, como tão próprio da cobertura da pandemia) e o vê como pessoa. Parte-se da perspectiva de que, em muitas ocasiões, o cidadão é injustamente tratado e privado de direitos mínimos. A verdadeira responsabilidade social, solidariedade concreta, “não se encontra senão na plenitude deste ato de amor, em sua realização existencial, em sua práxis” (FREIRE, 2008, p. 23).

Ao profissional de jornalismo, que não vê em seu trabalho apenas a mera execução de técnicas, cabe desenvolver-se nessas habilidades de agir e refletir. Ações e reflexões sobre a realidade concreta, sobre o mundo, pois, conforme Cremilda Medina (1982), pelo papel social que está investido, “[...] sua função é estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, estratos culturais e faixas até mesmo etárias.” (MEDINA, 1982).

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros também atribui especial atenção ao tema. O Artigo 2º explicita: “Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: [...] III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão (FENAJ, 2007).

Kovach e Rosenstiel (2003: 22-23) escreveram os nove itens para o exercício da profissão e que ilustram bem esse espírito de missão, que incluem os itens: “O primeiro dever do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência.

Além do sentido de tradução, o texto jornalístico relacionado à ciência possui outras funções. Lage (2001) indica que as básicas são: informativo; educativo; social; cultural; econômico; político e ideológico. “Ao informar, complementa e atualiza 24 conhecimentos e, nesse sentido, educa; ao transmitir conhecimento, atua sobre a sociedade e a cultura, determinando escolhas econômicas e, no fim, opções políticas ideológicas” (LAGE, 2001, p.124).

2. A televisão no Brasil

A união entre som e imagem por meio da televisão entrou na vida das pessoas de praticamente todos os países entre final dos anos 40 e começo dos anos 50 e se firmou como um meio de comunicação de massa. A primeira vez que uma transmissão de imagens chegou à casa dos brasileiros, conforme registra Paternostro (1999), foi em 18 de setembro de 1950. Nesse dia, entrava no ar a PRF-3TV Difusora, depois TV Tupi de São Paulo, uma emissora dos Diários Associados do empresário e jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Primeiro canal 3, mais tarde canal 4 - a TV Tupi foi a pioneira da América Latina .

O aparelho de televisão não era comum nas casas, segundo Melo (2020), durante os primeiros meses da TV brasileira. Por isso, o ato de assistir a televisão era compartilhado entre várias pessoas e não era uma atividade individual. Assis Chateaubriand, também conhecido como Chatô, instalou aparelho de televisão em alguns pontos estratégicos de São Paulo para que as pessoas pudessem conhecer o novo meio de comunicação (KNEIPP, 2008).

Em seus mais de 50 anos, a televisão brasileira se transformou em um dos principais instrumentos de informação e de formação para um enorme contingente populacional. Assim, até hoje representa, conforme salienta Somma Neto (2018), um importante papel na garantia do direito de livre acesso às informações, o qual deve sustentar o exercício pleno da cidadania para um cada vez maior número de pessoas.

Devido à distribuição em massa, a televisão tem a capacidade de levar a informação para a casa dos brasileiros de maneira a produzir efeitos no cotidiano de seus telespectadores, seja com o alerta de uma grande tempestade ou com a divulgação do lançamento de uma campanha de vacinação. Essas informações, apuradas e tratadas de maneira telejornalística, chegam ao lar da grande maioria da população brasileira por intermédio da TV.

A partir do que problematiza Bourdieu (1997), em estudo sobre o veículo, o veículo tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população.

De acordo com pesquisa sobre o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil, em 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia um aparelho de televisão em 96,4% de todos os domicílios pesquisados. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 (PBM-2016), realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal (Secom), a televisão permanece, segundo os entrevistados, como meio de comunicação de maior utilização para as pessoas se informarem no Brasil. Praticamente nove em cada dez entrevistados fizeram menção em primeiro ou segundo lugar à TV como o veículo preferido para obter informações.

2.1 O telejornalismo brasileiro

O telejornalismo brasileiro nasceu no dia seguinte à inauguração da televisão no país. O primeiro telejornal da TV brasileira foi criado no dia 19 de setembro de 1950. O *Imagens do Dia* tinha um estilo radiofônico e era composto, conforme Paternostro (1999), por notas e notícias com imagens feitas em filme preto e branco, sem som. Nessa época, o conceito de telejornal ainda estava sendo formado e se assemelhava ao estilo do que já era produzido. Os primeiros telejornalistas, segundo Melo (2020) vinham de uma experiência de trabalho no meio de comunicação rádio e foram aos poucos desenvolvendo a relação entre emissão e recepção.

Fundada pelo jornalista Roberto Marinho, a TV Globo, emissora brasileira, começou a funcionar em 26 de abril de 1965. Os primeiros telejornais da rede de comunicação foram “Teleglobo”, “Se a Cidade Contasse” e “Ultra Notícias”. Todos eles eram de “curta duração”, com menos de 30 minutos. O Jornal Nacional estreou apenas em 1º de setembro de 1969. É o telejornal mais antigo na história do país. Produzido no Rio de Janeiro, foi transmitido ao vivo para as emissoras da Rede Globo (PATERNOSTRO,1999).

Ainda de acordo com a autora, foi o primeiro a apresentar reportagens em cores; o primeiro a mostrar imagens, via satélite, de acontecimentos internacionais no mesmo instante em que eles ocorriam. O estilo de linguagem e narrativa e a figura do repórter de vídeo tinham os

telejornais americanos como modelo. Implantando os avanços tecnológicos e modificando a sua linha editorial de acordo com as circunstâncias, mantém, ainda hoje, a liderança de audiência.

A experimentação do telejornalismo nacional continuou, porém, ainda baseada no estilo e na linguagem dos produtos norte-americanos, durante a década de 1980. As iniciativas telejornalísticas a partir da década de 1990 envolveram temas de teor comunitário, com informações locais, mas também miraram a rede mundial de computadores. Algumas emissoras, focando no jornalismo digital, ganharam concessões para sua transmissão, o que, de certa forma, transformou a linguagem do telejornalismo nacional. Os anos 1990 ficaram marcados, na avaliação de Melo (2020), dentro do telejornalismo, como aqueles que se mesclaram às linguagens da internet; um exemplo disso foram os telejornais da Rede TV trabalhando com conceitos como velocidade e rapidez, o que inspirou o programa jornalístico “Leitura Dinâmica” .

O telejornalismo, a partir das considerações dos autores, pode ser conceituado como dinâmico, ao vivo ou gravado, instantâneo e a construção da realidade narrada pelo repórter. A informação resultante do sistema de produção, da maneira que é veiculada, não oferece espaço para reflexão. A televisão não é propícia à expressão do pensamento. Ao mesmo tempo em que há um avanço tecnológico culminando na dinamização da informação televisiva, este mesmo processo tende a superficializar os conteúdos na produção da notícia, também devido ao tempo escasso para apuração da informação nos telejornais.

Curado (2002) pondera que o modelo de informação produzido em telejornais acaba por registrar o superficial, ou seja, a superfície dos fatos. Essa é a linguagem da informação televisiva, em que o(a) jornalista trabalha dentro da lógica da velocidade, com prazos curtos, além da pressão de reduzir para 2 ou 3 minutos os eventos da sociedade.

Paternostro (1999) explica que o telejornalismo também tem como uma de suas características a “superficialidade”; isto é, para a autora, a natureza instantânea da TV provocaria mais curiosidade aos telespectadores do que o aprofundamento do tema tratado. Nota-se que, salvo em algumas situações particulares, continua se mostrando como uma prática pautada pela superficialidade, e “que prioriza o emocionalismo fácil e a espetacularização da notícia, em busca de crescentes índices de audiência” (SOMMA NETO, 2018, p.36). Uma parte da ação simbólica da televisão, consiste em atrair a atenção dos

telespectadores para os fatos-ônibus. Os fatos ônibus são aqueles que não chocam ninguém, que não envolvem disputa, não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, de um modo que não tocam em nada de importante. Também há um interesse, por parte da televisão, em veicular notícias de variedade, que ocupam o tempo, que poderia ser empregado para dizer outra coisa.

O tempo na televisão é algo extremamente raro. Por isso, se os minutos de um telejornal são utilizados para dizer coisas fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas. Bourdieu (1997), também em estudo sobre o telejornalismo, contextualiza que, ao insistir em ocupar o espaço da programação com as variedades, as informações necessárias para o cidadão para exercer seus direitos democráticos são afastadas .

Conforme salientam os pesquisadores, a televisão é um instrumento de comunicação muito pouco autônomo. O conteúdo telejornalístico é pautado pela concorrência. Se um canal de televisão concorrente abriu o jornal com a informação de uma inundação, as outras emissoras sentem a necessidade de não ficar para trás e são levadas a cobrir a mesma informação, mas tentando obter algo que o outro não obteve. Deve-se citar as censuras econômicas também. “O que se passa na televisão é determinado pelos anunciantes que pagam pela publicidade e pelo estado que dá subvenções”.(BOURDIEU, 1997).

A estrutura de uma notícia, segundo apontam os autores que apresentam obras com caráter de manual, salientam que as estruturas das notícias estão compostas por elementos gravados, como o off (texto do repórter), a sonora (trecho editado de entrevista), o sobe som (registro de áudio do ambiente da notícia), a passagem (momento em que o jornalista surge no vídeo com informações não contempladas por imagens anteriores) e a arte (imagem didática para apoiar informação).

O telejornalismo do século 21 tem aprimorado e investido, com o avanço da tecnologia, com inserções ao vivo predominantes nos telejornais, o que tem garantido presença da instantaneidade, mais do que ocorreu no século 20, quando as transmissões de conteúdo eram mais complexas e custosas.

2.2. O Jornal Nacional

De acordo com o código de princípios editoriais do Grupo Globo, empresa que comanda a TV Globo, o jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. O texto sugere exemplos como: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. Para a empresa, o jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. Três palavras norteiam a seção de atributos de qualidade da informação do documento: isenção, correção e agilidade.

Dentre os princípios de isenção estão: devem ser abordados todos os ângulos que cercam os acontecimentos retratados ou analisados pela reportagem; quanto mais diversa for uma redação – em termos de gostos, crenças, tendências políticas, cor, gênero, idade, orientação sexual, origens social e geográfica – mais isenta será a escolha dos assuntos a serem cobertos; O Grupo Globo é apolítico, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos; o Grupo Globo é laico, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos; o Grupo Globo repudia todas as formas de preconceito, e seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos; o Grupo Globo é independente de governos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos; entre outros.

Dentre os princípios de isenção estão: as informações devem ser confirmadas pelo maior número de fontes possível antes de serem publicadas; rigor com minúcias não é exagero, mas obrigação. Todos os dados de uma reportagem – nomes, datas, locais, horários, idades, endereços, referências históricas, descrições de processos, definições científicas, termos de um contrato, explicações sobre formas de governo, devem ser exatos, corretos, sem erros; a análise crítica das edições passadas é um imperativo; os erros devem ser corrigidos, sem subterfúgios e com destaque; entre outros.

Dentre os princípios de isenção estão: é atributo fundamental da qualidade da informação jornalística ser produzida com rapidez; deve-se perseguir o furo jornalístico, a informação exclusiva, em primeira mão, mas jamais se descuidar dos outros atributos da informação de qualidade; diante de furos de veículos concorrentes é necessário dar o crédito a quem de direito.

No documento também conta como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas, do veículo para o qual trabalha e das redes sociais. Os princípios ditam que respeito e transparência devem marcar a relação dos jornalistas com suas fontes, deve-se sempre respeitar compromisso assumido com as fontes, principalmente aqueles relativos à preservação da identidade delas, público será sempre tratado com respeito, consideração e cortesia, em todas as formas de interação com os jornalistas e seus veículos. Além disso, todos numa redação têm de cooperar entre si, para que o trabalho seja o melhor possível, os jornalistas têm um dever de lealdade com os veículos para os quais trabalham e as notícias por eles apuradas devem ser divulgadas primeiramente pelos veículos para os quais trabalham, o jornalista não pode compartilhar conteúdos que coloque em dúvida a isenção do profissional, entre outros.

‘ 2.3. O “novo” poder do editor

Para discutir os caminhos produtivos no cenário das comunicações jornalísticas, inclusive em relação às decisões editoriais por se abordar as periferias ou não em horário nobre da televisão brasileira, é fundamental compreender que o papel dos profissionais de edição é relacionado a um jogo de poder e de autonomia que tem se transformado com o tempo. A ideia de um editor absoluto perdeu ênfase em função de que não é mais possível ignorar as outras transmissões alternativas que duelam com os conteúdos tradicionais. O editor do Jornal Nacional não pode, em suma, deixar de lado os vídeos que protagonizam os debates sociais em plataformas de vídeo, como o Youtube. O editor perdeu o poder de antes. Para iniciar esse debate, é necessário reconhecer que os estudos de gatekeeping analisam o processo de produção e finalização das notícias. Esse conceito foi debatido inicialmente pelo psicólogo alemão Kurt Lewin, no ano de 1947. O pesquisador refletiu que, nos veículos de informação, existem os profissionais de edição que trabalham como os “porteiros”. Decidem

se uma informação deve entrar ou não para a seleção de notícias. Os filtros são estabelecidos pelo profissional identificado pelo autor como “gatekeeper”. São os editores que têm “o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia”. (1947 apud WOLF, 1999, p.180).

Não obstante, foi o autor David Manning White que relacionou a teoria de Lewin com os caminhos das comunicações jornalísticas.

Conteúdos *virtuais* de transmissões de informações, como os e-mails e os aplicativos de mensagens, tornaram-se essenciais nas rotinas de trabalho imediatistas do novo século, tal qual a das redações. As organizações e suas áreas de comunicação teriam que lidar com a sociedade pautando os conteúdos pelo caminho da Internet, principalmente das mídias sociais. Para Duarte e Carvalho (2018), a concentração informativa imposta pelo modelo da mídia de massa foi substituída para um universo de mídias e formas de conexão em que todas as fontes são potenciais emissores. “A perspectiva é de múltiplos diálogos e interações com incontáveis envolvidos e em espaços fragmentados. As expressões emissor e receptor perdem o sentido original – todos são simplesmente comunicadores” (DUARTE E CARVALHO, 2018, p. 351).

É neste espaço social que o jornalista, como os do Jornal Nacional, o programa de maior audiência do país, passa a ser influenciado por essas inúmeras transmissões. O ambiente passa a ser usado como fonte, filtros e reverberação das informações (RECUERO, 2009, p.11). As interações nas mídias sociais atuais, como o Facebook, Instagram e Twitter, é possível saber qual assunto está em voga para o público alvo do veículo de comunicação. Essas interações podem determinar, por exemplo, como o veículo pode tratar ou não os tema de periferia, alvo desse estudo de iniciação científica.

O efeito da internet, segundo esses estudos, deve ter causado mudança inquestionável nas teorias do jornalismo. Bruns (2009) entende que a ideia de *gatekeeping* deve ser reconhecida, agora, como *gatewatching*. Aquilo que é publicado pelos veículos noticiosos, no sentido de identificar informações relevantes assim que publicadas” (BRUNS apud RECUERO, 2009, p.11). Desta forma, podemos explicar a atuação das mídias sociais nas rotinas das assessorias de imprensa.

3. Jornalismo e saúde

Durante a coleta de materiais para esta pesquisa, percebi que uma parcela desse conteúdo foi produzida com viés das discussões sobre como foi tratada a pandemia de coronavírus no telejornal. E essa foi uma das motivações deste estudo. Entendemos, preliminarmente, que as decisões editoriais sobre abordar populações com maior vulnerabilidade relaciona-se diretamente com o serviço de comunicação sobre saúde, o que pode ser fundamental, por exemplo, para motivar políticas públicas, chamar atenção para problemas da periferia, alertar sobre informações falsas e buscar soluções específicas para os problemas que são apresentados pelas pautas comunitárias.

Por conta dessa percepção, torna-se relevante refletir sobre as características do jornalismo saúde pública no Brasil. Para Oliveira (2014), o rápido desenvolvimento da ciência médica desde o início do século passado tem possibilitado o aumento de descobertas de novos medicamentos, indicações e prescrições de padrões comportamentais e profiláticos no campo da saúde. Essas descobertas provocaram a necessidade de produção e circulação de informações nos meios de comunicação para alimentar diferentes sistemas ou políticas de saúde e influenciar a percepção, as ações e o comportamento da sociedade a este respeito. Nesse contexto, a mídia jornalística, conforme o autor explica, por sua potencialidade de codificar e disseminar informações, se transformou em grande aliada do campo da saúde ao divulgar e popularizar diversos tipos de nexos entre ciência, saúde, cuidados, prevenção e modos de vida e funcionamento das políticas e dos serviços públicos de saúde.

Para isso, de acordo com Oliveira (2012), as notícias de saúde costumam estar divididas em duas grandes categorias: uma está relacionada a promoção da saúde e aos avanços da ciência, novos tratamentos e medicamentos e procedimentos para a erradicação de doenças ou de combate aos agravos de saúde, entre outras coisas.

A outra é referente a movimentos imprevisíveis no âmbito da sociedade envolvendo diversos tipos de ocorrência relacionados à política, a grupos sociais, a especialistas, autoridades, a governos e o cotidiano dos serviços do campo da saúde. Essa categoria diz respeito ao chamado “núcleo duro jornalismo”, que está relacionado com tragédias, falhas e ineficiência dos serviços ou malfeitos dos especialistas, instituições e governos na área. Nesses casos, trata-se de acontecimentos em zonas, que embora possam ser

probabilisticamente previstos, em sua maioria se relacionam com temas da sociedade, na política ou na natureza, chamando a atenção dos dispositivos jornalísticos.

O sistema jornalístico codifica tais eventos a partir das características editoriais e valores notícias de cada veículo, que são variáveis operacionais que ajudam jornais e jornalistas a enquadrar e regular as narrativas sobre aqueles acontecimentos que julgam merecer a atenção pública.

De acordo com o autor, é recorrente nessas narrativas o enfoque das consequências políticas, sociais e humanas desses acontecimentos. Ao mesmo tempo, há a nominalização ou atribuição ao sistema de saúde e aos seus respectivos operadores. Especialistas, governos, técnicos, cientistas são responsabilizados pelas falhas ou pela ineficiência dos serviços prestados ao público, falta de pessoal, de médico, em perícia dos especialistas, falhas técnicas, corrupção, estou cidade ideológica, entre infinitas outras possibilidades de problemas.

Para Oliveira (2014), os dispositivos jornalísticos codificam os acontecimentos em vários formatos midiáticos, com o intuito de gerar um tipo de visibilidade e permitir ao público e ao sistema político a capacidade de compreendê-los e criticar o funcionamento e o mal feito das instituições ou o comportamento das autoridades ou de pessoas e grupos sociais. Dessa forma, os jornalismo se torna indiretamente uma fonte de avaliação e forma de alerta regulação, além de fomentar possíveis correções de erros ou equívocos na área de saúde.

Para Castiel, Guilan & Ferreira (2010) muitas vezes a imprensa exacerba os aspectos mais atraentes das informações sobre saúde e doença com base em uma visão triunfalista da ciência empiricista. Isso, para Oliveira (2014), provoca vários tipos de polêmica com os responsáveis pelas investigações epidemiológicas ou a mútua imputação de responsabilidade entre a respectiva comunidade acadêmica e a mídia. Para Castiel, Guilan & Ferreira (2010), a divulgação de questões de risco envolve relevantes aspectos bioéticos e “a necessidade de uma base normativa para tal comunicação”, assim como de estudar as formas como jornalistas e profissionais da saúde constrói em categorias e veiculam informações em suas áreas de especialização.

Oliveira (2014) observa que duas questões basilares no contexto das descobertas jornalísticas sobre a saúde: os fatores de risco e o de promoção da saúde - que falam sobre questões de segurança/insegurança, envolvendo questões epidemiológicas, doenças, forma

de tratamento, modos de viver, procedimentos de assistência, cura ou métodos comportamentais voltados para uma vida saudável.

O autor afirma que direta ou indiretamente, os sinais dramáticos emitidos pelos dispositivos midiáticos contribuem para evitar tragédias similares na atualidade ou no futuro, indicando diferentes perigos que comprometem uma suposta normalidade social.

De acordo com Giddens (2010), a postura do governo, autoridades e especialistas em saúde é decisiva para influenciar e direcionar as coberturas jornalísticas. Ele cita a cobertura da AIDS em que estas personalidades fizeram um grande alarde com os riscos associados ao sexo não seguro, com o apoio das mídias e campanhas publicitárias, para conseguir levar as pessoas a mudarem seu comportamento sexual.

No entanto, a relação entre os campos da saúde e do jornalismo também envolvem diferentes pontos de tensão, o que torna a relação entre ambos problemática e contraditória, porque se movem em um vasto cenário de disputas simbólicas e de práticas discursivas ligadas ao poder de fazer e dizer. O campo da saúde se relaciona diretamente com a ação e a intervenção na área de promoção da saúde, amparado pelo discurso da ciência, de especialistas e de instituições. Já o campo do jornalismo lida com essas mesmas questões, mas por meio de interpretações interpelações sobre a saúde baseada na sua própria lógica expressiva ou maneira particular de estar no mundo de compreendê-lo e de narrá-lo, o que nem sempre estará de acordo com as lógicas do campo da saúde.

Embora esses tipos de narrativas possam variar de acordo com a linha editorial dos veículos. O certo esses discursos são sustentados pelos desejos e pelas necessidades das pessoas e dos respectivos imaginários contemporâneos sobre saúde, com ênfase na busca pela qualidade de vida, na estética corporal, em exercícios físicos e ou mentais, em alimentação adequada, no uso de certos medicamentos, na moderação de certos hábitos e na adoção de comportamentos corretos. Entretanto, de acordo com o autor, as notícias sobre a saúde também podem se transformar em uma fonte de incerteza para o público quando há um exagero em relação aos fatores de risco por meio de quadros dramáticos expressivos negativos. Com isso, sobressai o sentimento de insegurança ou induz as pessoas a um comportamento marcado pelo medo e pela angústia.

5. Metodologia

Para chegar ao objetivo principal desta pesquisa, que é de **“investigar de que forma o Jornal Nacional, da TV Globo, tratou das realidades das comunidades periféricas brasileiras na cobertura jornalística da pandemia do coronavírus em 2020”**, serão utilizadas estratégias metodológicas de análise documental e de conteúdo de forma a realizar observações sistemáticas sobre **28** reportagens, que foram ao ar em **314** edições do telejornal, selecionadas como amostra para o levantamento.

As matérias foram coletadas na plataforma *Globoplay*, por meio de busca das datas das edições. O período considerado para análise foi o seguinte: entre os dias 16 de abril de 2020, quando o Brasil estava próximo da marca de duas mil mortes por coronavírus no Brasil, até 16 de abril de 2021, quando o país bateu a marca de 370 mil vidas perdidas pela doença. Para selecionar os conteúdos, partimos do pressuposto que as periferias ou as temáticas que envolvem os menos favorecidos (caminho para o recorte desta pesquisa) são abordadas a partir das personagens identificadas como cidadãos comuns. As notícias, após seleção no telejornal, veiculadas de segunda a sábado obedecerão ao critério de tratar de realidades de periferia de qualquer cidade brasileira (visto que o programa tem amplitude e veiculação nacional).

Após essa seleção prévia, as notícias serão analisadas descritivamente, incluindo dados como valor notícia, fontes de informação, tempo de duração da matéria, imagens escolhidas, tempo para a narração do repórter e de entrevistados e local da gravação. As reportagens telejornalísticas selecionadas serão examinadas sob procedimentos que reunirão técnicas de análise de conteúdo. A análise investiga a documentação disponível e esboça possíveis tipologias para esse tipo de matéria, além de determinar eventuais framings dispostos no todo e no particular de cada unidade analisada. Essa ideia coaduna-se com o conceito de enquadramento **(TUCHMAN, 1978)**.

Esses enquadramentos levaram-nos a refletir sobre o que poderia haver de diferente nos vieses de conteúdos. Preliminarmente, a partir de mapeamento, definimos os seguintes enquadramentos que serviram de palavra-chave para mecanismo de busca no Jornal Nacional: periferia, desigualdade, pobreza, fome, desemprego e auxílio emergencial. Para estar na

amostragem, é necessário que uma pessoa em situação de vulnerabilidade tenha sido entrevistada.

Um dos cuidados mais claros que aparecerão na análise foi que esses recortes não significam que a reportagem responde a apenas uma classificação (uma característica não elimina outra). Há, por óbvio, nos conteúdos, diferentes camadas, o que gera a percepção ainda a ser explorada de que há diferentes enquadramentos no mesmo material.

5.1. Análise de documentação e o seu conteúdo

Como a proposta foi a de esmiuçar o conteúdo, o que tem por estratégia de verificar apenas os produtos veiculados, e não o processo de confecção, a opção é a abordagem documental. E esse caminho é definido como uma operação ou um conjunto de operações, por Bardin (2016) visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência.

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação.

Por meio da análise documental, é possível diferenciar quais são as reportagens com abordagens nacionais, que visibilizaram cidadãos comuns e quais retrataram as periferias. Através de uma entrada que serve de pista, as classes permitem ventilar a informação, constituindo as categorias uma classificação, na qual estão agrupados os documentos que apresentam alguns critérios comuns, ou que possuem analogias no seu conteúdo.

Contudo, por detrás da semelhança de certos procedimentos, existem diferenças essenciais. A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).

A análise documental faz-se, principalmente, por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

Em relação à análise categorial, é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas:

- 1) O inventário: isolar os elementos.
- 2) A classificação: repartir os elementos, e portanto procurar ou impor uma certa organização às mensagens.

“A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (BARDIN, 1976, p. 75). As categorias, são espécies de rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupando em razão dos caracteres comuns destes elementos .

De acordo com a autora, a categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Na análise quantitativa, as inferências finais são, no entanto, efectuadas a partir do material reconstituído. Supõe-se que a decomposição e a reconstrução, desempenham uma determinada função na indicação de correspondências entre as mensagens e a realidade subjacente. Por isso, a análise de conteúdo está relacionada à crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos.

A análise categorial tendo até aqui servido de base para descrever as principais fases de uma análise de conteúdo, é citada para rememoração no princípio desta quarta parte, e abordaremos de imediato as outras técnicas mais específicas. Nesse sentido, apoiado por esse caminho metodológico, a prática da análise foi dividida da seguinte forma:

1) Fase de descrição:

São elencados esses elementos abaixo a fim de colaborar para uma visão específica do conteúdo:

- a) tempo da reportagem: necessário salientar que esse período traz registro da atenção que o telejornal teve com o tema;
- b) as fontes de informação utilizadas: identificação necessário de quem ou o quê trouxe subsídio para a produção do vt;

- c) tempo das sonoras: registro das priorizações entre os entrevistados de um material;
- d) tempo de off: aqui verificaremos a organização do texto gravado pelo repórter;
- e) material utilizado para a gravação e envio da sonora (celular, internet, presencial?): verificamos nesse item se há menção a aproveitamentos de materiais encaminhados ao telejornal ou se foi produzido pela própria equipe..

Para efeito de auxílio dessa visão a respeito da formulação das categorias, trabalhamos com o conceito de enquadramento,

Após esse panorama descritivo, trataremos de categorizar as notícias em pelo menos três tipologias (criadas aleatoriamente para esta pesquisa):

- 1) **educativa:** para todos os conteúdos que tratam de temas relacionados ao contexto social e as medidas de prevenção ao coronavírus;
- 2) **dramática:** para todos os conteúdos que priorizam as histórias de famílias afetadas pela pandemia ou vítimas da doença;
- 3) **Culpabilização do vulnerável:** quando o vt indica que a transmissão do vírus foi ocasionada pelos mais pobres
- 4) **Solidariedade externa:** para todos os conteúdos que tratam de ações de solidariedade lideradas por projetos de entidades governamentais ou não governamentais de fora da comunidade; e
- 5) **Política:** materiais do telejornal que optaram por destacar ações do Estado, disputas políticas ou ações de caráter ideológico dos entrevistados ou personalidade enunciadas.

6. Análise

A partir dos dados coletados, informações e questionamentos feitos nos capítulos anteriores, passamos à análise dos materiais que tratam sobre as periferias durante a pandemia de coronavírus veiculados pelo Jornal Nacional. Com base nos procedimentos adotados na metodologia, foram coletados 28 vídeos do telejornal, após análise de 314 edições. As observações são apresentadas a partir de cada mês de materiais veiculados entre de 16 de abril de 2020 a 16 de abril de 2021.

6.1. Abril de 2020

Nos primeiros 15 dias de amostra, que compreende o período entre os dias 16 a 30 de abril, as periferias foram tratadas em duas edições do *Jornal Nacional*, por meio de três reportagens.

A primeira, veiculada no dia 20 de abril de 2020, com título na internet: “Trabalhadores com direito ao auxílio emergencial lotam CRAS atrás de ajuda”, com duração de 4 minutos e 3 segundos. A segunda, também no dia 20 de abril de 2020, com título na internet: “Bairro da Zona Norte de SP concentra maior número de mortes por coronavírus”, com duração de 4 minutos e 22 segundos. A terceira, no dia 22 de abril de 2020, com título na internet: “Periferia de Fortaleza, onde menos se cumpre isolamento, tem mais mortos, diz pesquisa”, com duração de 2 minutos e 28 segundos, respectivamente.

6.1.1. Fase analítica

Destaca-se, na primeira reportagem considerada para a amostra, a ênfase às dificuldades impostas às pessoas em situação de vulnerabilidade para conseguir o auxílio emergencial e outros benefícios oferecidos pelo governo. A reportagem traz, em sua estrutura narrativa, entrevistas de quatro personagens desempregados, que perderam a renda com as dificuldades impostas pela pandemia, e passaram aquele dia na fila do Centro de Referência em Assistência Social do Conjunto de favelas da Maré, para ter acesso a algum benefício.

A reportagem explora o depoimento dos personagens em 48 segundos de sonoras e faz uso do que classificamos como “**categoria dramática**”. Os personagens criticam a ineficiência das ferramentas disponibilizadas de agendamento para o atendimento no CRAS, em vista de que, conforme está exposto no off: “a pessoa desempregada não tem acesso à internet e ao aplicativo do celular”. A reportagem também mostra que o sistema informatizado do governo federal estava fora do ar havia mais de 10 dias.

A matéria evidenciou que o sistema único de assistência social estabelece o máximo de cinco mil famílias por CRAS e a rede, que atende o conjunto de favelas da Maré, estava sufocada. O repórter Chico Regueira destaca no texto gravado em off para os dados da Casa Fluminense, que indicam que o número de pessoas por unidade de assistência é mais do que o dobro da capacidade de atendimento.

Dessa forma, ao destacar que o Estado oferece ferramentas eficientes para auxiliar a retirada de benefícios sociais, a reportagem também apresenta um viés político. Um detalhe é que apenas a assistente social usava máscara em local público. Os personagens e até mesmo o repórter estavam sem a proteção facial em contato com outras pessoas. momento da pandemia, o uso de máscara não era obrigatório

Ajudam a clarear essa compreensão autores como Vaz e Cardoso (2014), que defendem que a avaliação de alternativas de políticas de saúde deve levar em conta a representação midiática. “Não apenas porque especialistas antecipam qual será a percepção do risco por parte dos cidadãos, mas também porque a cobertura midiática é decisiva na conformação dessa percepção” (2014, p. 165).

Ao admitir o risco atinente àquele início da pandemia, pode-se identificar que esse conteúdo veiculado em abril de 2020 identifica um tom possível para a cobertura dos problemas dos mais vulneráveis. A avaliação de um princípio de caos é o primeiro tom da cobertura do Jornal Nacional que tem por mérito ter a presença do repórter e a participação de atingidos pelas circunstâncias da pandemia.

6.1.2. Periferia de SP e a culpa do vulnerável

A segunda reportagem desse período, também veiculada no dia 20 de abril, tratou sobre a Vila Brasilândia, um bairro da Zona Norte de São Paulo, que concentrava até aquele momento, o maior número de mortes por coronavírus. Segundo o levantamento da Secretaria

da Saúde, e que é trazido na reportagem, até aquele momento, eram 54 vítimas na Vila Brasilândia, que já convivia com várias carências.

A reportagem mostra a dificuldade tanto para a população, quanto para os órgãos de saúde, para identificar os sintomas e as mortes por covid-19. A reportagem destacou, no primeiro momento, o sofrimento de Diego de Figueiredo, morador da região. Em entrevista por vídeo, chorando, Diego relatou que a mãe não conseguiu ficar em isolamento, pois era responsável por comprar comida no supermercado para os avós dele. Dessa forma, a reportagem fez o uso da **categoria dramática**. A ênfase no indivíduo colabora com uma narrativa que aponta para a dupla dificuldade dos periféricos: as invasões da doença e da fome.

O material utilizou o recurso de uma “arte” em formato de prontuário médico para contar de forma cronológica, os passos de dona Circe até a morte. A ilustração teve, inclusive, o uso da **categoria educativa**, pois destacou os sintomas que a dona Circe teve com a doença, para informar a população que, por exemplo, aquelas pessoas que estivessem sentindo cansaço e falta de ar, deveriam ficar em alerta, pois poderiam estar contaminadas por coronavírus. Além disso, a reportagem mostra a dificuldade dos médicos na época, já que a mulher foi diagnosticada com pneumonia e liberada para tratar em casa. Não há no material uma discussão sobre a necessidade de isolamento. Com isso, não trata também das condições em que essas personagens vivem.

Durante a passagem (momento de aparição da repórter Graziela Azevedo), a informação é que a população teria comportamento de risco ao não respeitar o isolamento social. Além disso, a reportagem mostrou cenas de filas em lotéricas cheias, pessoas em bares abertos e crianças brincando nas ruas com destaque para a quantidade de pessoas que moram na comunidade e até uma comparação com a concentração populacional em bairros nobres de São Paulo.

O argumento apresentado é o seguinte: enquanto na Vila Brasilândia tem 13 mil moradores por quilômetro quadrado, o Morumbi tem cerca de quatro mil pessoas em espaço equivalente. Assim, é possível dizer que a matéria usou a categoria de **culpabilização do vulnerável**. É necessário observar que se espera que a população tenha informações o suficiente para fazer valer a própria autonomia e cidadania. Essa é uma discussão que está ausente na reportagem. Mesmo os telespectadores podem ter uma percepção de desordem

sem a necessária investigação das causas desse fenômeno de adensamento populacional, ou pior, de que o descuido com a “nova doença” tem culpado: o cidadão comum.

Não obstante, para apresentar um contraponto, a reportagem ouviu o presidente da Associação de Moradores, Henrique Deloste, que disse que as pessoas que moram em uma comunidade de baixa renda não seguem as orientações por falta de renda fixa. A reportagem mostra mais dois personagens, que perderam familiares para a covid, que continuaram trabalhando durante o isolamento social.

Apesar de discutir mais de uma questão importante sobre o coronavírus nas periferias, a reportagem pode ser categorizada como **“culpabilização do vulnerável”**, quando o VT indica que a transmissão do vírus foi ocasionada pelos mais pobres, que foi o foco principal na matéria. Uma curiosidade é que o repórter, e os outros entrevistados, que estão em locais públicos, aparecem sem máscara, naquele momento em que não era ainda obrigatório o uso do equipamento.

A respeito dos pressupostos desta pesquisa, entendemos como Kitzinger (1999), que na cobertura de doenças ou riscos de saúde, não apenas a “contagem” dos corpos é relevante. Também é importante destacar "quem está em risco", pois as ameaças a pessoas tendem a atrair mais atenção que ameaças aos "outros". O Jornal Nacional, nesse material, trata os moradores de periferia como “os outros”.

6.1.3. Na periferia de Fortaleza

A última reportagem desse período utiliza, mais uma vez, a figura do vulnerável como culpado pela transmissão de coronavírus. A reportagem apresenta como fonte documental uma pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC) que concluiu que os moradores das periferias são os que menos cumprem as regras do distanciamento social e os que sofrem a maior consequência dessa exposição. Mais uma vez não há qualquer discussão sobre a falta de informações para os mais vulneráveis. Nesse sentido, há um prejuízo com a não contextualização, que devemos admitir como pedra-de-toque de um jornalismo humano e mais justo.

Já no início da reportagem, tanto o texto quanto as imagens fazem valer essa percepção de que a “vítima” (o cidadão comum), na verdade, é o maior culpado das

consequências da peste. Do off gravado pela repórter Aline Oliveira, há um exemplo dessa situação: “A vida segue como se não houvesse pandemia nesse bairro da periferia de Fortaleza. O comércio de ambulantes está nas ruas e as pessoas circulando em grupo”(Jornal Nacional, 22/04/2020). O julgamento da repórter não está acompanhado por discussões que explorassem a inacessibilidade de informações do Estado, do jornalismo e da publicidade, por exemplo.

A reportagem ainda usa um trecho da entrevista do prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio (PDT), que alega que morar em um bairro de baixo IDH é um fator de risco para o paciente ter complicações por causa da covid-19 e morrer pela doença.

O trecho pode levar a uma distorção de percepções: ora, por que morar em um bairro de baixo IDH seria a condição para a rápida disseminação da doença? O adensamento populacional, as ocupações irregulares, o uso inadequado do espaço urbano não são discutidos pela fonte oficial nem por outros personagens da história. Seria do município a obrigação social de informar e cuidar dos seus cidadãos, mas o material editado não apresenta olhar novo a respeito desse tema.

Com isso, o jornalismo perdeu oportunidade de trazer discussão localizada. Como abordamos no capítulo de telejornalismo, há uma prática de que os materiais jornalísticos factuais são curtos e podem ser considerados, no dia a dia, superficiais. A prestação de serviço, o alerta e a cobrança são indispensáveis, conforme Kovach e Rosenstiel (2001).

Não há questionamentos sobre os problemas sociais ou a falta de políticas públicas que envolvem a falta de qualidade de vida das pessoas que moram em um bairro da periferia. A reportagem mostra, de forma breve, que a prefeitura usa caminhão para desinfetar as ruas dos bairros pobres e carros de som recomendando que os cidadãos evitem aglomerações. A baixa efetividade dessa medida profilática poderia ser discutida pela reportagem e não tratada apenas como esforço sem recompensa.

A reportagem ainda argumenta que o tipo de moradia das periferias é um obstáculo para o cumprimento do isolamento social e usa uma personagem que relata morar com dez pessoas, em uma casa de apenas 4 cômodos. A matéria pode ser categorizada como **“culpabilização do vulnerável”**, pelo fato de que o VT indica que a transmissão do vírus foi ocasionada pelos mais pobres.

A cobertura da mídia pode contribuir para alertar e provocar providências ou apenas para gerar medo ou ansiedade nas pessoas. A diferença entre um conteúdo e outro está na capacidade de aprofundamento. É com a correta contextualização, com uma dinâmica de honestidade informacional, que os indivíduos podem tomar suas próprias decisões. Julgá-los sem explicar por que esses cidadãos ignoram as recomendações, distorce os fatos e não reduz a exposição ao risco. O ambiente de um programa jornalístico, conforme estudamos, deve ter por primazia uma prestação de serviços que ajude a identificar onde estão os ruídos informacionais. Não basta destacar que existem medidas de autoproteção exageradas ou disseminar uma pandemia de medo, conforme evidenciam pesquisas de Rubin et al. (2009) e ; Fielding et al. (2005).

É possível destacar que as três matérias analisadas desse período de abril especificamente usaram, na medida da evidência das personagens que sofrem, a **categoria dramática**. E também a culpabilização das vítimas, conforme já enunciamos.

Diferente da primeira reportagem, as duas últimas pecaram em não questionar o papel do estado na garantia de renda, moradias dignas e lazer para os moradores de periferias, durante a pandemia, ao invés de culpá-los pelo estilo de vida e transmissão. Um destaque importante na segunda reportagem analisada foi a postura **didática** utilizada para explicar os possíveis sintomas de covid-19, em um momento que a sociedade sofria com a falta de informações sobre a doença. Tratou-se, para efeito de contextualização, do segundo mês de pandemia, momento em que a sociedade brasileira começa a entender os reflexos da doença no dia a dia após o primeiro momento de susto e de sensação de caos.

6.2. Maio de 2020

Neste período de análise, as condições das periferias durante a pandemia foram tratadas em cinco reportagens do **Jornal Nacional**. A primeira, veiculada em 6 maio de 2020, destaca que mais de 18 milhões de brasileiros não têm água encanada diariamente nas torneiras, com duração de 2 minutos e 5 segundos.

A segunda, também no dia 6 de maio de 2020, apresenta que os moradores da periferia de São Luís (MA) causaram aglomeração no segundo dia de lockdown, com duração de 1 minuto e 56 segundos. A terceira, no dia 13 de maio de 2020, identifica que sem o

adiamento do Enem, os estudantes mais pobres temiam não estar preparados para o exame de entrada no ensino superior, com duração de 3 minutos e 7 segundos. A quarta, em 21 de maio de 2020, parte da pauta de que a pandemia atingiu de forma intensa donos de pequenos negócios de comunidades pobres, com o tempo de 3 minutos e 25 segundos. A última reportagem que trata as periferias foi veiculada no dia 23 de maio de 2020, com o título na internet: “Governador do Rio pede que a polícia evite operações durante ações sociais em favelas”, com duração de 4 minutos e 10 segundos.

6.2.1. Fase analítica

Não tem água encanada, diariamente, na casa de mais de 18 milhões de brasileiros. A premissa parte de um contrassenso de que, naquele momento, já seria esperado que as pessoas lavassem as mãos para evitar a disseminação do vírus. A reportagem do jornalista Pedro Bassan tem 2 minutos e 5 segundos, do dia 6 de maio de 2020, quando o Brasil ultrapassou 8.500 mortes por coronavírus e se tornou o sexto país com mais vidas perdidas pela doença no mundo.

A reportagem já começa com a utilização de um recurso dramático, com o depoimento do motorista Jorge Henrique Santos, de 62 anos, que por vídeo, anda pelos cômodos da casa em uma região periférica do Rio de Janeiro, abre as torneiras e mostra a falta de água. A notícia toma um tom ainda mais forte quando Jorge conta que quando volta do supermercado, devido à falta de abastecimento, o “banho é de álcool”. Esse trecho da entrevista dura 18 segundos. O inusitado da situação toma protagonismo da narrativa.

A reportagem, então, enfatiza uma estatística (por meio de arte e imagens de apoio, com uma ilustração de uma pessoa abrindo uma torneira sem água): no Brasil, mais de seis milhões de domicílios, que são ligados à rede de abastecimento de água, ficaram com as torneiras secas pelo menos uma vez por semana em 2019. Outros três milhões de domicílios receberam água no máximo três vezes por semana.

Durante a passagem, o repórter Pedro Bassan utiliza um recurso educativo para destacar um dado alarmante da pandemia. Em 16 segundos, o repórter enfatiza que mais de 18 milhões de pessoas não têm água encanada diariamente e por meio de gesto dele ressalta que a falta do abastecimento impede essas pessoas de cumprirem a recomendação “número

um” dessa pandemia: lavar as mãos com água e sabão. E por meio de gestos ele abre a torneira e lava as mãos.

“Isso significa que mais de 18 milhões de brasileiros não têm água encanada diariamente. E assim estão impedidos de cumprir com frequência a recomendação número um dessa pandemia (ele se vira, abre a torneira, esfrega as mãos em meio ao jato d'água, vira o rosto para câmera): lavar a mão com água em sabão”. (Jornal Nacional, 22/04/2020).

De acordo com Bistane e Barcellar (2005), a passagem é o momento em que o repórter aparece no *vídeo*. É quando ele assina o trabalho, e deve justificar essa intervenção fazendo algo imprescindível, que acrescente e que valorize a reportagem. As autoras ressaltam ainda que uma das alternativas para a informação passada durante a passagem do repórter seria destacar um ponto que atingisse grande parcela da população e que merecesse uma explicação mais detalhada, para ser mais facilmente entendido. Além disso, as autoras citam que há o tipo de passagem participativa, quando o repórter abandona a posição de testemunha para virar personagem. As autoras dão o exemplo de se a reportagem é curso de dança, o repórter arrisca os passos com aluno ou experimenta fazer uma receita ao mostrar uma aula de culinária.

No caso da reportagem assinada por Pedro Bassan, a informação passada no momento da passagem, que teve o objetivo tanto de destacar um ponto que atinge grande parte dos brasileiros, como os gestos feitos durante higienização das mãos, de forma participativa, como se fosse testemunha do que estava falando, atendem aos conceitos de passagem propostos pelas autoras.

Outro detalhe é que Pedro Bassan foi o primeiro repórter a utilizar máscara durante a passagem entre os materiais analisados sobre periferia, desde o início do período de material coletado. A reportagem ainda ouve o pesquisador Estevão Portela, da INI/Fiocruz, como especialista, para dar ainda mais autoridade na mensagem transmitida, de que lavar as mãos é insubstituível no combate à epidemia (termo utilizado pelo especialista para tratar a proporção da contaminação por coronavírus). O especialista teve 12 segundos de sonora e a entrevista pode ser categorizada como mais um recurso educativo.

Apenas no minuto 1 e 45 segundos o repórter aborda pela primeira vez a situação das favelas no texto do off e nas imagens de apoio. Pedro Bassan cita que muitas casas da periferia não têm acesso à rede de água. Ele exemplifica que no morro Santa Marta, na zona sul no Rio

de Janeiro, líderes comunitários estão fazendo a higienização das ruas, mas o trabalho teve que ser interrompido no fim de semana devido a falta de abastecimento.

A notícia volta a utilizar o recurso dramático com a fala do líder comunitário Thiago Firmino, que reforça que não há água no local e questiona como os moradores vão fazer a higienização se não tem água na favela. Thiago está ao lado de outros voluntários que fazem a higienização da favela e todos estão sem máscara.

A reportagem destinou apenas 25 segundos para tratar sobre a falta de água nas periferias durante e o impacto alarmante devido a pandemia. Isso representa apenas 20% da duração do vt. Ou seja, a reportagem tratou de forma genérica e pouco aprofundada a demanda da falta de água nas periferias. Não apresenta as causas da falta de água nem quando e como o problema será resolvido.

A notícia apenas citou a falta de água, que atinge diariamente as moradias do Brasil, com uso das categorias **dramática**, com as falas dos personagens, e educativa, com a fala do especialista e da passagem do repórter. No entanto, a reportagem não questionou porque falta água nessas regiões e quem são os responsáveis por garantir este recurso à casa dos brasileiros, ainda mais em um momento de pandemia em que a lavagem das mãos é a principal recomendação no combate ao vírus.

6.2.2. Mas a culpa é do vulnerável...

“A dona Edna tem noção do luto. Em São Luís, há quem ainda não tenha entendido a importância do isolamento obrigatório”, é o que diz William Bonner, âncora e editor-chefe do **Jornal Nacional**, na cabeça (trecho falado pelo apresentador, que chama as reportagens do telejornal) para anunciar a reportagem de 1 minuto e 56 segundos, que também foi ao ar no dia 6 de maio.

Ao tratar da notícia em espaço editorial de destaque com a informação “há quem ainda não tenha entendido a importância do isolamento obrigatório”, o âncora aplica um sentido de julgamento e desaprovação pela atitude dos moradores e até mesmo insinua a ignorância como justificativa para o descumprimento do isolamento obrigatório. Não existe uma explicação por que as personagens resistem à medida.

A reportagem inicia com imagens de aglomeração na rua em meio a barracas de vendas de produtos em São Luís. No texto de off, o repórter Alex Barbosa narra que essa não parece ser a cidade que vive o segundo dia de isolamento total determinado pela justiça. O repórter narra que há muitas pessoas circulando e esbarrando em meio a aglomeração, enquanto as ruas deveriam estar vazias. Então o repórter diz que a capital maranhense parece estar dividida em duas partes: a região central, onde estão os principais pontos turísticos como o centro histórico, com pouco movimento e barreiras policiais por toda parte, e a periferia, que estava com aglomerações próximas a barracas de vendas.

O repórter argumenta que os fiscais da prefeitura foram a alguns bairros orientar comerciantes que estavam com as portas abertas quando não deveriam, porque não oferecem serviços essenciais. A reportagem reserva 5 segundos de sonora ao supervisor de Blitz Urbana, que explica a abordagem. A notícia utiliza no primeiro minuto de reportagem apenas a categoria de **culpabilização do vulnerável**. O tempo equivale a 51% da duração do VT.

A notícia, em um segundo momento, escuta os citados pela reportagem como um dos responsáveis pela aglomeração: os comerciantes das periferias que não oferecem serviços essenciais. O comerciante Frederico da Silva teve apenas 4 segundos para expressar o tamanho do desespero que é fechar as portas da loja dele. O vendedor relatou que, na casa dele, moram cinco pessoas que dependem exclusivamente do que ele arrecada na loja. Ou seja, a notícia destinou apenas 3,4% do tempo de duração para ouvir o lado dos moradores e vendedores da periferia, que ficaram sem assistência financeira no momento de lockdown obrigatório, determinado pela justiça. Ao expor a entrevista do comerciante, a reportagem utiliza a categoria dramática.

A reportagem ainda escuta o então secretário de saúde do Maranhão, Carlos Lula, que tem 6 segundos de sonora. Mas não apresenta o questionamento sobre como a situação pode ser resolvida. A notícia termina com dados de infectados e mortes no estado e enfatiza o colapso no sistema de saúde do Maranhão.

Mais uma vez o **Jornal Nacional** aborda as periferias sem questionar o problema que está por trás do vendedor que permaneceu com as portas abertas mesmo em um momento de isolamento obrigatório. A reportagem não questionou a falta de auxílio financeiro pelo Estado, para a população vulnerável, como forma de evitar que estas pessoas se sacrifiquem

em meio a pandemia, para manter as vendas e arrecadar o dinheiro como forma de subsistência. Ao invés de apontar os culpados pela falta de ajuda financeira à população (que depende do dinheiro arrecadado diariamente nas ruas), a notícia julgou a presença de pessoas nas ruas das periferias como falta de consciência. Neste caso, também, em que podemos identificar o gênero como notícia factual, percebe-se a falta de tempo e espaço para abordar temas complexos como esses.

6.2.3 Aulas offlines

A terceira reportagem que tratou sobre as periferias em meio a pandemia de coronavírus no mês de maio abordou sobre os estudantes mais pobres temerem não estarem preparados para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois quase a metade deles não possui computador em casa para acompanhar as aulas pela internet.

Na época, as provas do Enem estavam marcadas para novembro de 2020, mesmo com o pedido de adiamento por universidades e alunos. O repórter Chico Regueira afirma, na reportagem, que o conteúdo escolar, ministrado de forma on-line por causa da pandemia, não chega para todo mundo.

Utilizando da categoria dramática, o repórter usa o depoimento de três estudantes logo no início da reportagem que relatam a falta de internet e aparelhos eletrônicos adequados para aprender o conteúdo das aulas. Em oito segundos a estudante Carlyne Martins relata que onde ela mora não tem wifi e, por isso, quando ela entra em qualquer site para saber os conteúdos, o link não carrega.

Já a estudante Laís Barbalho da Silva, disse em 24 segundos, que não tem computador em casa e usa o celular para estudar. No entanto, ela tem dificuldade em enxergar as letras pequenas da tela do telefone e as notificações do aparelho atrapalham o estudo. Além disso, ela explicou que como a mãe ainda não recebeu o auxílio emergência (ajuda financeira dada pelo governo), ela não sabe até quando vai conseguir ter wifi em casa. A estudante Ana Beatriz, por sua vez, relatou em 11 segundos que estuda pelo celular da mãe, mas não é sempre que ela consegue usar o aparelho e colocar crédito. Ao todo, o depoimento das três estudantes em situação de vulnerabilidade representa 23% do tempo de reportagem.

O repórter Chico Regueira destaca, durante a passagem, que mais de 2,3 milhões de candidatos do ENEM não têm internet em casa. E esse número representa quase a metade do total de alunos inscritos na prova. Os dados narrados pelo repórter são de um estudo da Casa

Fluminense, que faz pesquisa em periferias para desenvolver ações de igualdade. A reportagem ainda escuta uma antropóloga que elenca as dificuldades enfrentadas pelos estudantes mais pobres, além de uma especialista em educação, que defende o adiamento da prova.

A reportagem não traz questionamento ao MEC ou ao Ministério da Ciência e Tecnologia sobre a exclusão digital das periferias brasileiras, ainda que neste período já era notícia no Brasil a eventual entrada do tema da tecnologia 5g. Outro tema não tratado é que não há questionamento sobre a possibilidade de adiamento da prova, em vista de que os mais vulneráveis seriam obviamente prejudicados. Na ausência de uma discussão sobre inclusão digital, também não existem na pauta os reflexos das aulas a distância para a interação ou integração dos alunos.. Nesse sentido, o material poderia também ter exposto projetos de lei que estão paralisados no Congresso ou na omissão do Poder Executivo que poderiam ajudar a resolver as evidentes desigualdades nacionais, tema principal desta reportagem coletada.

6.2.4. “Morte” dos pequenos negócios

A quarta reportagem analisada no mês de maio trata sobre a forma intensa como a pandemia atingiu os donos de pequenos negócios de comunidades pobres. A reportagem de 3 minutos e 25 segundos, da repórter Renata Ribeiro, explora o depoimento de três personagens, que moram nas periferias e estão passando por necessidades financeiras desde o início da crise sanitária, e dados sobre o perfil econômico dos moradores da favela.

No total, foram destinados 1 minuto e 5 segundos para a amostra de dados e estatísticas, como quantidade de moradores da favela que tem trabalho informal, que vivem do próprio negócio, que abriram um novo negócio recentemente, os que tiveram redução de ajuda, os que tem CNPJ na empresa e que sabem solicitar o auxílio do governo. Ou seja, 31 % do tempo de duração da reportagem destacou dados econômicos sobre a comunidade, entre eles, da pesquisa do Instituto Locomotiva, realizada em 231 favelas.

Ao utilizar a entrevista dos personagens, Wellington Bezerra, morador da comunidade de Heliópolis, da Zona Sul de São Paulo, que após dez dias com a loja fechada, o vendedor diz que não pode mais esperar pela análise de pedido de auxílio do governo; Renato Pacheco, dono de um bar, que acumulou dívidas após perder a principal fonte de renda; e do vendedor de roupas Ricardo Padrinho, com 8 segundos, 13 segundos e 16 segundos de entrevistas respectivamente, a reportagem é majoritariamente dramática.

Porém, tanto na fala do personagem Ricardo Padrinho, que apresenta “O governo não ajuda em nada nós aqui. Se não fosse o pessoal da cufa, o pessoal que ajuda a comunidade, a gente estava sem nada, estava largado aqui. Para o governo, “tanto faz e tanto fez” para os que moram na favela” e na fala do especialista do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, que diz que a retomada da economia passa pela garantia de que os recursos cheguem nas micro e pequenas empresas do país, há o questionamento de ações do Estado, disputas políticas ou ações de caráter ideológico dos entrevistados ou personalidade enunciadas.

Por isso, a reportagem também pode ser enquadrada na categoria política. Durante a passagem da repórter Renata Ribeiro, ela diz que as linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) estão inacessíveis, já que sete em cada dez negócios da periferia estão sem CNPJ e uma parte dos empreendedores nem conta no banco tem. Mas, na notícia, não há contato com órgãos do Governo para questionar a dificuldade em o auxílio chegar aos empreendedores das periferias.

6.2.5 Morte do periférico

A última matéria que tratou sobre as periferias durante a crise sanitária em maio, foi ao ar no dia 23 do mês. A reportagem de 4 minutos e 10 segundos destaca que o governador do Rio de Janeiro pediu que a polícia evitasse operações durante ações sociais de ajuda, por causa da pandemia, também fala sobre um problema endêmico na região: as mortes em meio às operações policiais nas favelas. A notícia narra a morte João Pedro e Rodrigo, dois adolescentes negros, por policiais para abordar o sistema de segurança público na favelas. A reportagem começa explorando artifícios dramáticos, com imagens e sons de desespero, com pessoas gritando em meio a pessoas correndo, próximas a vítimas e policiais fardados, além de cenas de buracos de tiros em uma parede. A notícia mostra o choro intenso e a sonora de Verônica Maria, mãe do Rodrigo, e Neilton Matos, pai do João Pedro. Foram destinados 18 segundos de fala para os dois. João Pedro foi baleado em casa e Rodrigo buscava uma cesta básica distribuída em uma social no Morro da Providência.

A reportagem escutou Renê Silva, da ONG Voz das Comunidades, que diz com preocupação que mesmo os moradores da favela tentando se proteger de um vírus invisível ficando dentro de casa, essas pessoas correm o risco de serem atingidas dentro de casa. Renê teve 11 segundos de sonora. Outra pessoa da favela ouvida pela reportagem foi Eliana Silva,

diretora da Redes da Maré. Em 23 segundos de depoimento, ela questionou a eficácia das operações nas favelas.

Durante a passagem, o repórter Chico Regueira disse que apesar do governador ter pedido para a polícia evitar operações policiais nas favelas, a autoridade não determinou como os policiais devem agir nesse momento. Além disso, Regueira falou que uma ação que corre no Supremo Tribunal Federal pretende regulamentar as ações policiais no estado do Rio de Janeiro. Após isso, a notícia traz quatro sonoras de especialistas: Daniel Hirata, professor de sociologia da UFRJ; Jurema Werneck, da Anistia Internacional do Brasil; Ibis Pereira, coronel da reserva da Polícia Militar; e Julita Lemgruber, coordenadora do CESeC e ex ouvidora de polícia do RJ. Esses especialistas questionam as ações policiais nas periferias e a classificam como improvisadas, pouco transparentes, com resultados violentos e ilegal. Além disso, ressaltam que não há uma política nacional de segurança. Ao todo, a fala dos quatro especialistas tiveram 1 minuto e 48 segundos de duração no vídeo.

Há predominância da **categoria política**, quando prioriza destacar ações do Estado, disputas políticas ou ações de caráter ideológico dos entrevistados ou personalidade enunciadas.

Apesar de serem entrevistadas quatro pessoas das periferias e quatro especialistas, não há um equilíbrio entre o espaço de tempo dado aos dois grupos na reportagem. Enquanto os personagens das periferias tiveram 52 segundos de trecho de entrevista (a sonora), que ocupou 20,8% do tempo do vt. A participação dos especialistas teve duração de 1 minuto e 48 segundos, ou seja, 43% da duração da reportagem. Isso evidencia que a reportagem optou por dar espaço prioritário para quem estuda o assunto, do que para as pessoas que moram e vivenciam o contexto de insegurança das operações policiais nas favelas. A opção por tentar explicar a violência na periferia é importante para a contextualização do cenário.

A notícia termina com uma “nota pé” lida pela âncora Mariana Gross, que diz que o Palácio do Planalto não comentou sobre as críticas sobre a falta de uma política nacional de segurança.

6.3. Junho de 2020

Neste período, as periferias foram tratadas em duas reportagens do ***Jornal Nacional***, **ambas com mais de três minutos de duração**, o que pode ser considerado incomum a um telejornal diário, em que os materiais costumam ter perto de dois minutos.. A primeira, veiculada em 6 junho de 2020, aborda as críticas da Anistia Internacional e de lideranças

comunitárias do Rio de Janeiro sobre as operações policiais durante a pandemia, com duração de 3 minutos e 24 segundos. A segunda reportagem, também no dia 6 de junho de 2020, trata sobre solidariedade: as Iniciativas da sociedade civil que preenchem vazios do governo no socorro aos mais vulneráveis. O material tem a duração de 3 minutos e 15 segundos.

6.3.1. Fase analítica

A primeira reportagem, que tratou sobre o coronavírus nas favelas, no ar no dia 6 de junho, tratou sobre a suspensão de operações policiais nas periferias durante a pandemia de covid-19, que foi uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin. A reportagem de 3 minutos e 25 segundos abre com a menção às mortes de três jovens negros mortos em operações em comunidades do Rio de Janeiro.

A notícia apresenta uma “arte” para cobrir o texto em que são trazidos trechos destacados da decisão. “Sob pena de responsabilização civil e criminal, não se realizem operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a epidemia do Covid-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.” (Jornal Nacional, 6 de junho de 2020).

A notícia voltou a evidenciar a determinação do ministro do STF, que mencionou que João Pedro morreu em casa, após a residência ter sido fuzilada com 70 tiros. A notícia, então, traz o depoimento de Rafaela Matos, mãe de João Pedro, em 15 segundos. Ela diz que a medida precisa servir de lição e que as operações da polícia precisam ser revistas não só durante a pandemia.

Apesar de ser o único recurso **dramático** utilizado na reportagem, a fala da familiar tem um teor **político do campo da segurança pública**. Ou seja, apenas 7% da duração da notícia utiliza o recurso dramático. Os outros 93% são enquadrados nas categorias políticas, com mais citações da decisão do STF, números de mortes em operações policiais e falas dos especialistas da Anistia Internacional e ativista do coletivo “Papo Reto Internacional”, que destacaram ações do Estado, disputas políticas ou ações de caráter ideológico das personalidades enunciadas.

A reportagem termina com uma nota pé lida pelo âncora Flávio Fachel com uma resposta da Polícia Civil apenas sobre a investigação da morte de João Pedro.

Esta reportagem abordou o mesmo tema da notícia que foi ao ar no dia 23 de maio. No entanto, esta reservou o tempo para tratar das decisões do STF sobre as operações policiais nas periferias durante a pandemia. A par de trazer uma discussão importante sobre segurança pública e sobre denúncias de abusos policiais, não trata de eventuais causas da violência.

6.3.2. Sem ajuda do governo...

A última reportagem que tratou sobre a crise sanitária nas periferias pelo **Jornal Nacional** no mês foi ao ar no dia 24 de junho. A reportagem de 3 minutos e 15 segundos aborda como iniciativas da sociedade civil estão preenchendo o buraco deixado pelo governo no socorro aos mais vulneráveis.

A notícia tem início com a exploração do recurso **dramático** com uma sonora de 17 segundos do personagem Edson Tomé da Silva, carpinteiro, que está sem renda e relatou que apesar de ter se inscrito no auxílio emergencial, não conseguiu o benefício. A reportagem apresenta a sonora de 15 segundos da autônoma Regina Maria de Matos que disse estar faltando “alimentos e dignidade”. E também escuta duas outras personagens, que não foram identificadas pela reportagem, que relatam como são beneficiadas pelo projeto de socorro do Circo Social. Cada uma das personagens que não tiveram o nome divulgado, receberam 5 segundo de sonora.

Na passagem, o repórter Chico Regueira diz o seguinte: “Milhões de brasileiros não são atendidos pelos programas federais de complemento de renda como o auxílio emergencial que paga R\$ 600 e estão passando por dificuldades na pandemia” (Jornal Nacional, 24/06/2020). O repórter identifica esse grupo como “população invisível para o governo”, mas que seria “visível” para as organizações sociais que trabalham nas regiões pobres das grandes cidades .

A notícia ainda conta com detalhes de como a iniciativa da sociedade civil ajuda as pessoas das periferias, quantas pessoas são beneficiadas e como funciona o auxílio. Escuta também os responsáveis pela ajuda, Rodrigo Costa, geólogo, em 7 segundos, Alexandre Brandão, especialista em saúde pública, em 17 segundos, e Junior Perim, criador do projeto social, também em 17 segundos.

Apesar de abordar as iniciativas de solidariedade externa em 2 minutos e 9 segundos da notícia, ou seja, ocupou 66% da duração do VT, a reportagem foi amarrada com depoimentos de cinco personagens, com depoimentos **dramáticos**. A reportagem termina

com uma “nota pé”, lida pela âncora Renata Vasconcelos, com a resposta do Ministério da Cidadania, que justificou a negativa para o auxílio do personagem Edson. Trata-se de uma reportagem preocupada com a ineficiência do Estado diante dos mais pobres e apresenta viés de profundidade ao garantir olhar especial para quem mais foi afetado pela pandemia.

6.4. Julho de 2020

Neste período, as periferias foram tratadas em três reportagens do *Jornal Nacional*. A primeira, veiculada em 6 de julho de 2020, aborda sobre uma jovem da periferia que criou um serviço de delivery para atender locais de baixa renda em Salvador e tem duração de 2 minutos e 24 segundos. A segunda foi reportagem transmitida em 16 de julho de 2020 e abordou a rede de solidariedade criada durante a pandemia para ajudar a população mais carente, com 3 minutos e 47 segundos. A última notícia foi veiculada em 25 de julho e revelou que estudantes de Recife se mobilizaram para levar informação segura a comunidades e tem 2 minutos e 42 segundos de duração

6.4.1. Fase analítica

A primeira reportagem que abordou as periferias em julho tratou sobre a criação de um serviço de entrega de comida para atender a população da periferia que sofria com a falta do serviço por causa do preconceito de entregadores de aplicativos pela “imagem” de ser um ambiente violento da favela. Na primeira frase da repórter do off da repórter Camila Marinho reforça esse estereótipo da falta de segurança pública nas favelas. “Moradora de um bairro que frequentemente é notícia por causa da violência em Salvador, Karine sempre teve problemas para receber encomendas em casa”, (Jornal Nacional, 06/07/2020).

A reportagem de 2 minutos e 24 segundos mostra o depoimento de Karine Oliveira, moradora da favela, que tem dificuldade de pedir comida pelo aplicativo de entrega. Em 27 segundos, de forma dramática, ela revela que os entregadores de aplicativo tradicionais não entregam no local e pedem que ela vá até o encontro deles. A reportagem destina 27 segundos para a fala da moradora da favela. Com um teor de superação e até mesmo romantização, a reportagem fala que Hiago Santos, criador do Traz Favela, “decidiu mudar essa realidade”. A notícia destaca que a ação do jovem foi ainda mais importante no momento

de pandemia, em que as pessoas precisam ficar em casa e se sentiam excluídas da sociedade pela falta do serviço nas comunidades. Foi reservado a Hiago Santos, criador do aplicativo de entrega, 19 segundos de entrevista. O depoimento de Hiago também deve ser enquadrado na **categoria dramática**.

O jovem diz que "transformou o preconceito diário e a dor de não ser atendido em uma solução". A notícia revela dados sobre o aumento nas vendas de comerciantes da região e entrevista a doceira Elisyane Texeira, que diz que as vendas aumentaram 80% com o serviço de entrega da periferia.

A reportagem usou apenas o depoimento de moradores das periferias e tem o enquadramento 100% **dramático**. No entanto, a notícia não debateu sobre as questões de segurança pública e sobre a falta de serviço de aplicativos de entrega de comida tradicionais levantadas no início da reportagem. Faltou questionar os aplicativos de entrega de comida se um entregar pode recusar entregar nas periferias ou pedir que o cliente o encontre em determinado percurso por não desejar entrar nas favelas.

Também faltou, por parte da reportagem, questionar ações da Secretaria de Segurança Pública de Salvador sobre o combate violência nas periferias. Sem a discussão dessas questões, a reportagem apenas romantizou as ações dos jovens, mas não se aprofundou em temas importantes.

6.4.2. Rede de solidariedade

A segunda reportagem que abordou as periferias no mês de julho abordou sobre a rede de solidariedade que foi fomentada pela pandemia do coronavírus. A reportagem entrevistou duas personagens que ficaram sem renda durante a pandemia. A Rosivânia Nascimento da Silva, cabeleireira autônoma, que ficou sem clientes por causa da crise sanitária e, além disso, o marido dela teve um acidente cerebral após perder um amigo e dois parentes próximos para a covid-19. Rosivânia recebeu 12 segundos de sonora e disse que já teve que falar aos oito filhos que não tinha comida em casa.

A outra entrevistada é a Adriana Raquel Silva, costureira (31 segundo). Ela e o marido também ficaram sem clientes com a chegada da covid-19. Nos dois textos de off, narrados pela repórter Renata Ribeiro, é destacado que à espera do auxílio emergencial do governo, foi necessária a ajuda de vizinhos ou ONGs para não faltar comida em casa. A fala dos

personagens de comunidades pobres representa 18% do tempo de duração do vídeo. “É nas comunidades das periferias das grandes cidades que o impacto econômico da pandemia foi mais sentido. Não é raro encontrar famílias que estão vivendo sem renda.” (Jornal Nacional, 16/07/2020). Até este momento, a reportagem teve um enfoque apenas na **categoria dramática**.

A notícia ainda escuta Edu Lyra, Ong Gerando Falcões, que destinou um cartão de R \$100, de recarga mensal, para famílias em vulnerabilidade. Ele recebeu 56 segundos de sonora. O material também ouviu a psicóloga Maria Emília Fratus, que atende voluntariamente. A profissional teve 12 segundos de sonora. No total, os dois voluntários tiveram 30% de tempo de vídeo. A abordagem dos voluntários, com texto de off e entrevista, enquadra a reportagem na categoria de **solidariedade externa**.

6.4.3. Combate às fake news

A terceira reportagem que tratou sobre as periferias abordou sobre a mobilização de estudantes para levar informações seguras a comunidades pobres de Recife. A reportagem revelou que os voluntários estão usando uma bicicleta com caixa de som pelas ruas para garantir instruções verdadeiras aos moradores. A reportagem mostra a atuação dos voluntários e explora o som da orientação captada pela equipe de reportagem. “Tem gente divulgando por aí remédio com receita que cura covid-19. Será mesmo, menino? Ixi, Maria, desconfie!” (Jornal Nacional, 25/07/2020).

Durante a passagem, a repórter Beatriz Castro, em uma escada de um morro, diz que onde as bicicletas não passam, a informação chega aos moradores da periferia por meio do projeto “Manda no Zap”, que informa por meio de aplicativos de mensagens. Mais uma vez o som da orientação dos estudantes ganha destaque na notícia. “Se tiver sintoma da covid-19, não tome remédio por conta própria. Medicamentos causam efeitos colaterais e seu uso precisa ser acompanhado por profissionais de saúde sérios” (Idem). A ênfase no uso do recurso do “sobe som” é uma forma de também reforçar as informações seguras sobre o combate ao coronavírus para os telespectadores do JN e pode ser enquadrado na **categoria educativa**.

A reportagem também destinou 18 segundos para ressaltar a importância da ação comunitária que instalou oito pias na vizinhança, uma vez que o ato de lavar as mãos é outra forma de combater o vírus.

Mais uma vez a **categoria educativa** foi utilizada. Ao todo, 34 segundos da reportagem destacaram ações de caráter educativo. As falas de quatro voluntários que participaram do trabalho de ajudar as comunidades pobres a combater o vírus foram entrevistados. No total, as falas dos voluntários receberam 31 segundos de tempo no vídeo e estão enquadradas na **categoria de solidariedade externa**. Além disso, duas personagens que foram beneficiadas com as medidas foram ouvidas, com duração total de 15 segundos. O depoimento delas está enquadrado na **categoria dramática**.

6.5. Agosto de 2020

Neste período, as periferias foram tratadas em duas reportagens do *Jornal Nacional*. A primeira, veiculada em 14 de agosto de 2020, trata sobre a problemática da educação em dias da pandemia (particularmente sobre a opinião de especialistas em educação que são contra reprovação automática. O material tem duração de 3 minutos e 16 segundos. A segunda, também no dia 6 de agosto de 2020, aborda a história de um projeto que beneficia mais de 1 milhão de famílias em comunidades de São Paulo durante a pandemia, com duração de 2 minutos e 57 segundos.

6.5.1. Fase analítica

No mês de agosto, a primeira reportagem que abordou o impacto da pandemia nas periferias foi ao ar no dia 14. A reportagem de 3 minutos e 16 segundos trata sobre as dúvidas da comunidade escolar acerca do ano letivo de 2020 por causa das restrições impostas pela crise sanitária.

A reportagem foi coletada para esta pesquisa porque o material prioriza a problemática das comunidades pobres de São Paulo e três especialistas em educação. O estudante João Vitor do Carmo Lima foi o primeiro entrevistado que é apresentado na notícia e, com 14 segundos, diz que tem colegas que estão pensando em refazer o ano letivo de 2020 devido à falta de estrutura para fazer as aulas.

Outro personagem que foi ouvido pela reportagem foi o Felipe Costa, que coordena um cursinho popular na periferia paulistana. Em 11 segundos, ele diz que a internet em casa é uma política pública necessária para garantir a educação.

Os dois personagens, que enquadram a reportagem como **dramática**, têm juntos 25 segundos de duração na reportagem. Isso representa apenas 12% da reportagem.

Os três especialistas entrevistados (Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos pela Educação; Maria Helena Guimarães Castro, do Conselho Nacional de Educação; e Daniel de Bonis, diretor de Política da Fundação Lemann) tiveram juntos 1 minuto e 15 segundos de espaço na notícia.

Eles debateram a câmara Municipal de São Paulo ter aprovado um projeto de lei enviado pela prefeitura da cidade, que previa a aprovação automática de todos os alunos neste ano.

As falas das personalidades enunciadas destacaram ações do Estado. Por isso, a reportagem também pode ser categorizada como **política, ainda que tratasse de temática social**. Com pouco espaço para os personagens de comunidades pobres, que são os principais afetados pela suspensão das aulas presenciais, como depoimentos, por exemplo, de pessoas que tinham o desejo de repetir o ano ou abandonar os estudos, a reportagem ficou generalizada e colocou a discussão nas mãos dos especialistas.

Por meio da fala do personagem que dá aula em um cursinho popular, a reportagem aponta os questionamentos sobre a falta de ações públicas como internet em casa, mas não procurou o Ministério da Educação, por exemplo, em busca de respostas sobre a ausência de garantias para a continuidade dos ensino dos mais pobres.

6.5.2. Perfil da solidariedade

A outra matéria veiculada no mês de agosto que abordou as periferias durante a crise sanitária, teve duração de 2 minutos e 57 segundos. A reportagem que foi ao ar no dia 22 de agosto de 2020 abordou um projeto social da Central Única das Favelas que beneficiou, até aquele momento, mais de 1 milhão de famílias em comunidades durante a pandemia.

O âncora Flávio Fachel destaca na cabeça da reportagem que “a solidariedade ajuda a levar o sustento para mães que perderam o emprego”. No entanto, durante os primeiros 1 minuto e 47 segundos de reportagem, a ajuda destinada à mães não foi mencionada e a

notícia tratou apenas sobre a quantidade de trabalhadores autônomos e em situação informal e um giro sobre os mutirões de doações em diversas cidades pelo país, organizadas pela CUFA em parceria com outras empresas.

As imagens dos mutirões são vídeos gravados, de forma amadora, pelos envolvidos nas doações, e não há depoimento de pessoas que receberam as doações que estão nas imagens mostradas. Ou seja, em 60% do tempo do vt, a reportagem priorizou mostrar recursos de solidariedade externa.

A notícia possui a fala de apenas duas pessoas. O primeiro é Celso Athayde, fundador da CUFA, que recebeu 35 segundos de espaço na reportagem. A reportagem aborda sobre as mães como o foco no recebimento de benefícios do programa apenas a partir de 1 minuto e 47 segundos. A notícia entrevista Jaqueline, que não foi identificada com os créditos na reportagem, mas de acordo com o texto de off da repórter Fernanda Graell, é mãe solteira e vendia cosméticos de porta em porta no conjunto de favelas da Maré. Jaqueline recebeu apenas 8 segundos de tempo de sonora. A reportagem destaca que as mães são na maioria das famílias, as chefes de lares e integrantes com a maior responsabilidade. A fala da personagem pode ser enquadrada na categoria **dramática**.

6.6. Setembro de 2020

Neste período, as periferias foram tratadas em três reportagens do *Jornal Nacional*. A primeira, veiculada em 14 de setembro de 2020, aborda sobre músicos da favela da Maré, no Rio, homenageiam profissionais de saúde e tem duração de 3 minutos e 6 segundos. A segunda foi reportagem transmitida em 17 de setembro de 2020 e tratou sobre uma pesquisa que mostra a evolução da pandemia em uma das maiores favelas do país, com 3 minutos e 25 segundos.

A terceira notícia foi veiculada em 18 de setembro e revelou após onda de solidariedade no começo da pandemia, as doações caíram e tem 2 minutos e 42 segundos de duração

6.6.1. Fase analítica

A primeira reportagem que abordou as periferias durante a pandemia de coronavírus, em setembro, abordou que músicos da favela da Maré, no Rio de Janeiro, homenagearam

profissionais de saúde que trabalham na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da região. Com um forte teor dramático do início ao fim da reportagem de 3 minutos e 6 segundos, o repórter Pedro Bassan destaca no texto de off que 140 mil vidas dependem desse lugar.

A notícia entrevistou três personagens da favela, duas funcionárias da unidade de saúde e um músico. O maior tempo de entrevista foi destinado ao depoimento de Cátia Simone de Lima, técnica de laboratório. A filha de Cátia, de 25 anos, que também era funcionária da UPA, morreu de covid-19. Ao todo, o depoimento dos três personagens teve 52 segundos de duração. O texto destaca que outros dois integrantes do hospital também morreram. A partir de 1 minuto e 50 segundos, a reportagem faz uma analogia entre as músicas performadas pela Orquestra da Maré como um remédio para curar o sofrimento causado pela crise sanitária. A notícia mostra trechos da música da Orquestra e unida ao texto do repórter, termina com um sentido de superação. A reportagem é enquadrada apenas na **categoria dramática**.

6.6. 2. Contaminação nas periferias

A segunda reportagem que abordou a crise sanitária nas periferias tratou sobre uma pesquisa que mostra a evolução da pandemia na favela de Paraisópolis, na zona Sul de São Paulo. O texto narra que devido a busca pelo sustento, não foi possível aplicar o isolamento social no local. A reportagem trata o vulnerável como vítima das condições sociais em que eles vivem. Há a fala de duas moradoras da favela que relatam que “precisam se expor ao risco para colocar comida em casa” em 7 segundos de sonora. A entrevista pode ser considerada **dramática**. Além disso, a notícia destaca questões que contribuem para a alta contaminação. “Quanto mais pobre e mais aglomerada a área da favela, mais doentes ela tem(...)Áreas como essas onde correm o esgoto, onde as casas são mais cheias, ocorrem os casos mais graves”(Jornal Nacional,17/09/2020) .

A notícia relata que apesar da mobilização da comunidade em confirmar casos suspeitos em escolas fechadas, a duração da pandemia agravou a situação da crise sanitária no local. A alta na contaminação foi atestada no resultado dos exames de moradores entrevistados pelo projeto “Bora Testar”, organizado por uma empresa.O material ouviu Maria Augustinho (14 segundos), moradora que testou positivo para a doença, e Emília Rabello, fundadora da OutDoor Social, fundadora da empresa que desenvolver o projeto em 17 segundos.

A reportagem evidencia a diferença dos resultados entre bairros de alto e baixo IDH. A notícia usa a entrevista da médica infectologista Juliana Arruda de Matos, que passa orientações de como esses moradores podem se proteger mesmo exposto ao ambiente de trabalho, em 19 segundos, está enquadrada na categoria educativa.

6.6.2. Queda nas doações

A última reportagem que abordou as periferias durante a pandemia abordou que apesar do aumento de famílias precisando de ajuda, as doações estão em queda. A reportagem entrevista três personagens que estão sendo beneficiados pela cesta básica. Maria Auxiliadora Souza Freire, revendedora de produtos, Joselia Correia dos Santos, dona de casa, e Antonio Raimundo dos Santos, desempregado, revelam que falta comida em casa e a cesta básica distribuída pelo projeto social em um bairro pobre de São Paulo é essencial. Os três personagens tiveram 29 segundos de fala. O uso das falas dos personagens e a alerta pela falta de doações enquadra a reportagem como **dramática**.

A notícia faz um giro por outras periferias do Brasil, como Heliópolis, em São Paulo, e o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, com imagens de entrega de cestas básicas, mas com dados em ilustrações mostrando a diminuição das doações. Marcivan Barreto, Cufa-SP, e Renê Silva, ONG Voz das Comunidades, são ouvidos para comentar a demanda de doações que as famílias da favela têm. Os dois tiveram 24 segundos de tempo na reportagem.

As entrevistadas Márcia Kalvon Woods, da Associação Brasileira dos Captadores de Recursos, e Paula Fabiani, presidente dos IDIS, cobram mais participação da sociedade civil. Juntas, a fala das duas especialistas tiveram 21 segundos de espaço no vídeo. No entanto, não há na reportagem cobranças de medidas do Governo Federal, com ações de ajuda efetivas para auxiliar a sociedade a enfrentar a crise sanitária no Brasil.

A notícia das especialistas coloca a responsabilidade apenas na sociedade civil. Faltou a reportagem trazer um ponto vista com um político sobre a falta de auxílio às famílias da periferia. A reportagem é predominantemente **dramática**, com alguns pontos de **solidariedade externa**.

6.7. Outubro de 2020

Apenas uma reportagem tratou sobre as periferias durante a pandemia de coronavírus, pelo Jornal Nacional, foi encontrada neste período, veiculada no dia primeiro de

outubro de 2020. O tema foi relacionado à expansão do comércio eletrônico com aumento das vendas pela internet na pandemia e teve duração de 6 minutos e 8 segundos. O material foi coletado em função de que há uma abordagem sobre exclusão digital trazida em um minuto e 13 segundos destinados a tratar de problemáticas da periferia de São Paulo (SP) por intermédio de entrevista com uma moradora que tem apenas um celular para três filhos. Em apoio à situação dela, um representante da Cufa (Marcivan Barreto) é entrevistado e expõe opiniões sobre a exclusão digital dos moradores do lugar.

6.7.1 Fase analítica

A reportagem especial, da série sobre a vida *on-line*, trata sobre os desafios do comércio eletrônico e deixa em segundo plano falar sobre os mais afetados pela falta de internet nas periferias do Brasil. Apenas um minuto e 13 segundos foram destinados a tratar a falta de inclusão das periferias durante a pandemia, por falta de conexão com a internet e aparelhos eletrônicos.

Apenas na passagem do repórter Fábio Turci, em meio a uma favela, ele evidencia o problema de quem tem acesso a internet, computador e dispositivos móveis como o celular, e precisa fazer compras de forma presencial, se expondo aos riscos da covid-19.

A reportagem mostra imagens de favela, com uma arte que expõe os números da falta de conexão no país. De acordo com o TIC Domicílios, de 2019, 28% dos domicílios no país ainda não possuem internet. Em seguida, a reportagem ouve o presidente da CUFA-SP, que ressalta que o sinal de internet nas favelas é ruim, pois a antena está longe e não há fibra óptica.

A reportagem é encerrada com o depoimento de uma personagem que está desempregada e possui apenas um celular para os três filhos que moram com ela. Ao utilizar da fala da personagem, que diz que não se sente incluída no mundo online, o VT pode ser **categorizado como dramático**, pois o conteúdo destaca uma família afetada pela pandemia.

O VT utilizou tempo maior ao trazer espaço para especialistas analisarem os desafios do crescimento das vendas on-line. Por isso, tratou o impacto na periferia de forma superficial. Ao não ser incluída no mundo conectado, a pessoa vulnerável está mais exposta a ter que realizar as atividades de forma presencial. Esse é um destaque que deveria ter sido levantado. Além disso, por se tratar de uma reportagem que fala sobre os desafios do comércio na internet, seria importante questionar de que forma e quais são os setores responsáveis pela inserção dos moradores das comunidades pobres nas periferias.

6.8. Novembro de 2020

Neste período, o tema das periferias foi abordado no *Jornal Nacional* em apenas uma reportagem. Foi no dia 19 de novembro de 2020, e teve o título na internet da seguinte forma: “Arte da dança mostra sua força contra a violência”, que tem 4 minutos e 27 segundos de duração.

Há de se considerar que não se trata predominantemente de uma reportagem sobre a pandemia na periferia e está incluída na amostra a fim de resgatarmos um exemplo de como as questões sociais nesse momento complexo para as comunidades são colocadas em segundo plano. Há uma espécie de romantização da superação, e ignora tudo o que impede que a maioria tenha acesso à dança. São quatro pessoas entrevistadas e o assunto principal é: As pessoas são o bailarino (11 segundos), a mãe de uma bailarina (32 segundos), a professora de balé (também de 32 segundos), e a pessoa cedeu um cômodo da casa para as aulas de dança (11 segundos).

6.8.1. Fase analítica

A matéria transmite um sentimento de superação de moradores em meio a violência nas favelas e a pandemia de coronavírus. A reportagem foi até a Cidade de Deus, comunidade desassistida na cidade do Rio de Janeiro, mostrar uma escola de balé, onde dançam três bailarinos, que fizeram tanto sucesso que ganharam bolsas de estudos em academias de Nova York. O material explica que a pandemia adiou a viagem e os bailarinos continuavam mantendo a forma, em pouco espaço, no quarto onde moravam. A reportagem utiliza apenas entrevistas presenciais com os personagens, que moram na favela, como os bailarinos, familiares e responsáveis pela escola. Por isso, pode ser categorizada **como dramática**.

No entanto, a reportagem trouxe mais enfoque (com tempo maior de sonoras) aos problemas de violência (em todas as sonoras, trata-se sobre esse tema) e insegurança nas favelas.

O impacto da pandemia na vida dos personagens não é trabalhado. Para se ter como exemplo, a notícia cita a crise sanitária apenas para dizer que os bailarinos tiveram que se adaptar para conseguir manter a forma em cômodos pequenos da casa, em um tempo de

apenas 12 segundos de duração. Como se o único impacto para aquelas pessoas seria o da atividade da dança.

Mas não foi citado no material como a pandemia afetou as famílias das personagens tanto em relação aos rendimentos financeiros como nos cuidados e eventuais problemas de saúde.

6.9. Dezembro de 2020

Apenas uma reportagem que tratou sobre as periferias durante a pandemia de coronavírus, pelo Jornal Nacional, foi encontrada neste período, veiculada no dia primeiro de dezembro de 2020, com título na internet: “Alunos recebem ajuda do Unicef para estudar para o Enem”, com duração de 1 minuto e 52 segundos.

Apesar de ser uma reportagem que aborda as doações de celulares pela Unicef para estudantes de uma escola pública em uma comunidade pobre de Recife, apenas 65 segundos da notícia abordaram a ação de solidariedade externa. Ou seja, apenas 32% do tempo de duração do vídeo foi destinado ao assunto. O outro 1 minuto e 16 segundos, que abrem a reportagem, priorizam o depoimento de personagens que moram nas periferias e não possuem condições financeiras de manter os estudos em casa por falta de equipamentos e internet, com um enfoque dramático. A abordagem dramática equivale a 68 % da reportagem.

6.9.1. Fase analítica

A única reportagem que abordou o tema desta pesquisa no Jornal Nacional no último mês de 2020, foi no dia 2 de dezembro. A reportagem de apenas um minuto e 52 segundos fala sobre estudantes de uma escola pública do Recife que estavam com dificuldades para estudar para o ENEM, receberam uma ajuda do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

A equipe de reportagem foi até a casa de uma família que mora na periferia de Recife. A família é composta por seis pessoas que moram na mesma casa. O pai e a mãe estão desempregados e os quatro filhos, em fase escolar. Os quatro filhos do casal possuem apenas um único celular para acompanhar as aulas online. A reportagem escuta o pai, Jailton Fortunato (8 segundos), a mãe, Samara Farias (6 segundos), uma filha, Jaiane Farias (4

segundos) e um filho, João Pedro Farias (11 segundos). Utilizado como um recurso dramático, 29 segundos destinados à família trata sobre a falta de equipamentos e internet em casa.

Para evidenciar o impacto da falta de recursos para seguir com o ensino a distância, no texto de off a repórter Beatriz Castro destaca que Jaiane está na reta final para o ENEM e na sonora, Jaiane responde que não conseguiu estudar durante o ano. A dramaticidade foi mais uma vez evidenciada na fala de João Pedro, que disse que fica magoado por os outros conseguirem assistir às aulas e ele não e isso atrapalhar o futuro dele. Durante 1 minuto e 16 segundos o enfoque da reportagem é exclusivamente dramático e destaca a falta de garantias de estudos para moradores de comunidades pobres.

A partir de então, a reportagem tem um enfoque de solidariedade externa e aborda as doações de celulares pelo Unicef, para estudantes de uma escola pública da cidade. Há o Denis Larsen, coordenador do Unicef (9 segundos) e Tainara, que não foi identificada com os créditos de sobrenome nas tarjas da reportagem. Apesar de ser uma personagem que vive em uma periferia da região, a fala de Tainara apenas complementa as informações do texto de off sobre a ação solidária do UNICEF. Por isso, a reportagem deve ser **categorizada como de solidariedade externa**, quando trata de ações de solidariedade lideradas por projetos de entidades governamentais ou não governamentais de fora da comunidade.

6.10. Janeiro de 2021

Mais uma vez, apenas uma reportagem que tratou sobre as periferias durante a pandemia de coronavírus, pelo Jornal Nacional, foi encontrada neste período, veiculada no dia 22 de janeiro de 2021, com título na internet: “Grupos que ajudam comunidades mais pobres registraram queda no número de doações”, com duração de 3 minuto e 53 segundos.

6.10.1. Fase analítica

A única reportagem que abordou o tema desta pesquisa no Jornal Nacional no primeiro mês do ano de 2021, foi ao ar em 22 de janeiro. Apesar de abordar doações na reportagem, a notícia é prioritariamente de caráter dramático.

A reportagem de 3 minutos e 54 segundos vai a bairros pobres do Rio de Janeiro e ouve sete personagens que moram na favela. Cinco destes personagens são pessoas que estão passando fome e precisam de ajuda para conseguir levar alimentos para casa e relatam que

as cestas básicas que ajudaram tanto durante a pandemia, não estão chegando mais. As outras duas são Douglas Oliveira, criador do projeto primeira chance, e Renê Silva, fundador da ONG Voz das Comunidades.

As falas dos sete moradores das periferias compõem 55 segundos da notícia. Isso representa 23, 5% do tempo de duração do vídeo. A empreendedora social Juliana Gomes, que falou durante 11 segundos, é a única entrevistada que não mora nas periferias.

A reportagem ainda utiliza 16 segundos de arquivo de uma reportagem que foi ao ar em 20 de março de 2020, que revelava o início das doações nessa mesma creche, que não consegue mais atender a mesma demanda de doações. Em 24 segundos, o VT ainda faz um giro por outras instituições, no Brasil, que estavam recebendo doações e agora, está próximo de zero. Com a predominância de falas de pessoas que estão passando por dificuldades e falta de comida em casa, além do alerta para o risco de falta de doações, **a reportagem é enquadrada como dramática**, com algumas abordagens de **solidariedade externa**.

6.11. Fevereiro de 2021

No segundo mês do ano, o impacto da pandemia nas periferias teve um maior destaque no noticiário do *Jornal Nacional*. Neste período foram veiculadas quatro reportagens que abordaram o tema desta pesquisa. A primeira reportagem foi ao ar em primeiro de fevereiro, com título na internet: “Projeto permite que mulheres de comunidades pobres do RJ recebam financiamento para empreender”, com duração de 3 minutos e 14 segundos. A segunda foi transmitida em 8 de fevereiro, com título na internet: “Pandemia aprofunda desigualdade entre os brasileiros em relação à educação”, com o tempo de vídeo de 7 minutos e 40 segundos. A terceira notícia que abordou foi veiculada em 9 de fevereiro, com título na internet: “Escolas têm desafio de trazer de volta alunos que abandonaram o ensino na pandemia”, com duração de 4 minutos. A última reportagem que abordou as periferias foi ao ar em 12 de fevereiro, com título na internet: “Pandemia aprofunda diferenças no mercado de trabalho”, com duração de 7 minutos e 16 segundos.

6.11.1 Fase analítica

Já no primeiro dia de fevereiro, o telejornal de horário nobre da Rede Globo mostrou uma reportagem sobre um projeto que permite que mulheres de comunidades pobres do Rio

de Janeiro recebam financiamento para empreender. A reportagem de 3 minutos e 14 segundos retoma a notícia que já havia sido veiculada pelo JN em 24 de junho de 2020 (com imagens e texto de off) e foi analisada por esta pesquisa, sobre um projeto do Circo Social que atua nas favelas do Rio de Janeiro. A reportagem divulga dados obtidos pela pesquisa do projeto social nas periferias cariocas, que revelou que 60% das pessoas ouvidas vivem na pobreza e extrema pobreza.

É importante destacar que, além da reportagem, ter acompanhado os desprendimentos da pesquisa realizada oito meses antes, a notícia retomou outro assunto que também já foi tema de reportagem do telejornal, veiculada em 22 de agosto: o perfil social das favelas que mostra que as mulheres são as chefes de lares da maioria das famílias das periferias.

Na reportagem de 1º de fevereiro, o repórter Chico Regueira aponta, durante a passagem, a informação de que sete em cada dez casas são chefiadas por mulheres desempregadas, segundo a pesquisa do Circo Social. Três mulheres chefes de empreendimentos de famílias das comunidades pobres do RJ são ouvidas. No total, as três recebem 42 segundos de sonora. O tempo representa 21% do tempo da reportagem. A notícia ainda escuta as seguintes fontes: Renier Molina, diretor de projetos do circo Crescer e Viver (11 segundos), Camila Freire, assistente social (16 segundos) e a líder indígena Niara do Sol (24 segundos).

A matéria optou por dar mais espaço para a fala dos personagens das favelas e dados dos impactos sociais nas periferias. Foram 1 minuto e 52 segundos, o que representa 57,7% do tempo da reportagem. Portanto, a notícia é predominantemente dramática. Durante as falas do diretor de projetos do circo Crescer e Viver e da assistente social, são destacadas as iniciativas de solidariedade externa. Somando o texto de off que faz referência a eles e o tempo de sonora, são destinados 42 segundos ao tema. O tempo representa 21% do tempo da reportagem. A partir de dois minutos e 32 segundos de reportagem, o foco deixou de ser as periferias. Os 40 segundos finais de reportagem trataram sobre uma horta comunitária em uma comunidade indígena.

6.11.2. Desigualdade educacional

No dia 8 de fevereiro, o Jornal Nacional mostrou uma reportagem que evidencia o

aprofundamento das desigualdades na educação entre os brasileiros mais ricos e os das periferias, por causa da pandemia. Com sete minutos e 30 segundos, é o VT de maior tempo veiculado pelo telejornal. A reportagem tem outro diferencial em comparação com a maior parte das reportagens analisadas: é trilhada e as imagens apresentam filtros de edição. A impressão é que estamos diante de um filme ou um curta-metragem.

O texto do *off* da repórter Renata Ribeiro escancara o impacto social da crise sanitária no país, com uma analogia entre a pandemia de coronavírus e a endemia da desigualdade social. “É da natureza dessa doença se espalhar, contaminar a cidade, o estado e o país. Não é de 2020, já faz muito tempo que esse vírus é endêmico no Brasil. Esse, da desigualdade (Jornal Nacional, 08/02/2020). A reportagem identifica que o sintoma dessa “doença social” seria o da paralisia com a divisão de mundos: mais ricos de um lado e mais pobres do outro. “E é incrível a enorme capacidade de transmissão entre gerações” (Idem)

Até os 3 minutos e 2 segundos dessa reportagem, a notícia garante espaço para a entrevista de um especialista, com abordagem a distância por ferramenta de videoconferência, o sociólogo e professor da Escola de Humanidades PUC-RS, André Salata (16 segundos), Breno Barranco, um estudante de 11 anos, que não sentiu o impacto da pandemia no contexto escolar (25 segundos), Sandra Lieven, professora de escola particular (9 segundos), e Áurea Bazzi, coordenadora do ensino médio de uma escola particular (13 segundos).

Apenas a partir de 3 minutos e 2 segundos, a reportagem abriu espaço para esmiuçar os impactos nas comunidades pobres. Somado o texto de *off* com as sonoras de personagens das periferias, os principais afetados pelos impactos da pandemia no ensino, pela falta de internet de qualidade e equipamentos eletrônicos nas casas das periferias, receberam apenas 53 segundos de espaço de tempo na reportagem. Isso representa apenas 11% do tempo de duração da notícia. Ou seja, os principais afetados pela desigualdade educacional, título da reportagem, foram os que tiveram menos tempo no vídeo. As personagens Claudia Aparecido do Amaral, auxiliar de cozinha (19 segundos), e a vendedora ambulante, Maiara Santana (9 segundos) são enquadradas no **recurso dramático**.

A reportagem optou por priorizar a fala de especialistas, como Marcelo Neri, diretor da FGV Social, Pérsio Arida, economista, Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação e o

sociólogo André Salata. Ao todo, foi um minuto e 42 segundos de reportagem destinados às falas dos especialistas.

A reportagem pecou em não dar mais espaço aos principais afetados pelo problema. A reportagem também pode ser **categorizada como política**, devido ao foco dado pelos especialistas pela ineficiência das ações do governo em relação à principal vacina para a desigualdade social: a educação pública.

6.11.3. Evasão escolar

Na reportagem veiculada pelo JN, em 9 de fevereiro, a pauta mais uma vez foi sobre o impacto da pandemia nas escolas das comunidades pobres. A repórter Janaína Lepri foi até uma escola que fica na periferia de São Paulo e tem mais de 3 mil alunos, em que o diretor fez um balanço e percebeu que quase 500 estudantes continuavam matriculados, mas não entregavam mais as tarefas ou faziam as provas e tinham abandonado os estudos.

A reportagem entrevistou apenas um personagem de região de periferia na capital paulistana. A história escolhida foi do estudante Gabriel Pereira, de 12 anos, que desistiu de estudar em 2020 e decidiu trabalhar como barbeiro em casa para ganhar dinheiro. Ele lamenta que o aplicativo do governo de São Paulo não funcionou no celular dele e o garoto não conseguiu acompanhar as aulas pela televisão.

A única entrevista de **recurso dramático** da reportagem que escancara o déficit na educação dos mais pobres tem 10 segundos.

O VT ainda mostra trecho de entrevista de Aldo Florentino Alves, diretor da escola pública, que trabalhou com a busca ativa pela volta dos alunos (39 segundos), além dos especialistas Ítalo Dutra, chefe de Educação do Unicef-Brasil (28 segundos), e Olavo Nogueira Filho, diretor executivo do Todos pela Educação (25 segundos).

Mais uma vez, a matéria optou por dar mais espaço de fala para os chamados especialistas. A fala dos especialistas com demandas de ações do governo se enquadra na categoria política.

A reportagem de quatro minutos também mostrou dados sobre evasão escolar do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas. Não houve questionamentos da reportagem ao Ministério

da Educação e da Secretaria de Educação de São Paulo a partir de questionamentos levantados pelos especialistas.

6.11.4. Impacto no mercado de trabalho

No dia 12 de fevereiro, foi veiculada mais uma reportagem que esmiúça o impacto da pandemia no aprofundamento das diferenças no mercado de trabalho. A reportagem tem 7 minutos e 16 segundos, a segunda reportagem com maior duração coletada para este estudo. Como a reportagem que tratou sobre desigualdades na educação, esta também conta com trilha sonora especial e traz filtros de edição de imagens.

No entanto, apesar de a notícia abordar sobre os impactos da crise sanitária na desigualdade no mercado de trabalho, a reportagem também assinada pela jornalista Renata Ribeiro, mais uma vez, deu o menor espaço para o público mais afetado.

O VT trata sobre as periferias apenas a partir de cinco minutos e 18 segundos de reportagem. A notícia trata as comunidades pobres ao mostrar que um cabeleireiro, dono de um salão da elite paulistana, tem um projeto de formar dois mil cabeleireiros nas favelas. Ao abordar este tema, a reportagem coloca apenas uma sonora do cabeleireiro Wanderley Nunes (21 segundo), mas nenhum morador da periferia beneficiado pelo projeto foi ouvido. A reportagem também ouve Maria Sandra de Araújo, desempregada (21 segundos), e Atelino Cruz, vendedor informal (11 segundos).

O depoimento dos dois personagens trata sobre os impactos econômicos da pandemia e as falas configuram como o recurso **dramático** reportagem. Quatro especialistas foram entrevistados, e abordaram conteúdos de **caráter político e ideológico**. Ao todo, os especialistas tiveram um minuto e 55 segundos de espaço na reportagem, o que representa 35 % do tempo do vídeo.

6.12. Março de 2021

Neste período, as periferias foram tratadas em duas reportagens do *Jornal Nacional*. A primeira, veiculada em 16 de março de 2020, aborda que : a maioria das pessoas que moram em favelas não consegue fazer duas refeições por dia, com duração de 4 minutos e 8

segundos. A segunda, também no dia 17 de março de 2020, com o título na internet tem o viés de que a solidariedade ajuda brasileiros a superar as dificuldades impostas pela pandemia”, com duração de 2 minutos e 53 segundos.

6.12.1 Fase analítica

A reportagem que foi ao ar em 16 de março de 2020 trata mais uma vez sobre a diminuição das doações que auxiliam as pessoas em situação de vulnerabilidade nas favelas de todo país. O jornal já tinha noticiado que houve uma queda nas doações em 22 de janeiro e retomou o assunto na primeira reportagem que abordou as periferias no mês de março. De acordo com a reportagem de Fábio Turci, a maioria das pessoas que moram em favelas não consegue fazer duas refeições por dia. A reportagem é predominantemente de **caráter dramático**. Quatro personagens que moram nas periferias e estão desempregados são ouvidos. São depoimentos fortes de pessoas que não conseguem fazer refeições e passam dias até dias sem realizar uma refeição. No total, as falas tiveram 35 segundos. O tempo representa 15% do vídeo. No texto de off, o repórter Fábio Turci destaca que o auxílio emergencial não está mais sendo pago pelo Governo, mas não há nota pé no fim da reportagem sobre tentativa de contato e respostas sobre a falta de socorro do órgão. A **categoria dramática** pode ser identificada neste material, conforme classificamos na metodologia.

A notícia também revela dados de diminuição de renda das famílias das periferias durante a pandemia. Os líderes comunitários Gilson Rodrigues (20 segundos) e Marcivan Barreto (21 segundos) também foram entrevistados. Marcivan Barreto também levantou questões sobre a falta do auxílio emergencial do Governo, o que também enquadra a **reportagem como política**. Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva, que realiza as pesquisas na favela, é o único especialista que não mora no meio das comunidades pobres (24 segundos).

6.12.2. Superação pela solidariedade

A última reportagem analisada pela pesquisa foi ao ar em 17 de março de 2021 e abordou sobre como a solidariedade está ajudando brasileiros a superar as dificuldades impostas pela pandemia. A reportagem de Camila Marinho, de 2 minutos e 53 segundos,

começa com o som de um forte apelo emocional transmitido por uma rádio comunitária de uma periferia de Salvador. “Se você já passou fome, você sabe o que é isso, você sabe o que é aperto. Venha aqui nos ajudar” (Jornal Nacional, 17/03/2021). O pedido é de Jonatas de Jesus, radialista, que arrecada alimentos em um “mercadinho solidário” para quem precisa de alimentos, mas não pode comprar. Em 15 segundos de entrevista a reportagem, Jonatas chora e disse que sabe o que é passar fome.

Outra vez o recurso **dramático** foi utilizado na entrevista de André (6 segundos), que não foi identificado em tarja no vídeo, está desempregado e precisa de ajuda para alimentar a família. A reportagem destaca projetos de solidariedade que estão ajudando a população vulnerável em Salvador. A notícia ainda escuta três pessoas que estão fomentando a solidariedade na região: Adilson Santos, pároco da Igreja do Alto das Pombas, Ueslei Carvalho, dono de restaurante e Ubirajara Azevedo, guarda civil municipal, um dos responsáveis pela bike favela, projeto que começou com o conserto de bicicletas para uso da própria comunidade e hoje é ferramenta de trabalho para comerciantes de toda região.

Ao todo, foram destinados 49 segundos para a ação dos voluntários sociais. A reportagem reserva um maior espaço para mostrar as iniciativas sociais que beneficiam as famílias da comunidade e, por isso, está enquadrada em **solidariedade externa**. Mas devido ao forte apelo dos depoimento dos personagens das periferias, a reportagem também está enquadrada na **categoria dramática**. Mais uma vez nota-se a falta de questionamento da reportagem sobre a ausência de ações do Governo Federal de ajuda para quem ficou desamparado financeiramente durante a pandemia.

6.13 Leitura geral dos dados

Nos doze meses observados, em um total de 314 edições, encontramos apenas 28 reportagens sobre as periferias. A partir da metodologia trazida, todas exploraram cargas dramáticas, com histórias de famílias afetadas pela pandemia ou vítimas da doença. O que revelou a possibilidade de não apenas conferir espaço para essas personagens que sofrem, mas também usar o sofrimento dessas pessoas como gancho para determinadas informações. Chamaram especial atenção os textos que apresentam a culpabilização das vítimas, como principais responsáveis pela transmissão da doença, devido às condições das moradias das

famílias pobres e a necessidade de exposição nas ruas para arrecadar dinheiro como forma de subsistência.

Foi observado que há ausência de responsabilização e questionamentos políticos, por parte das reportagens do **Jornal Nacional**, pela ausência de amparo aos mais pobres durante a crise sanitária, por parte do Governo Federal.

É necessário compreender que as matérias mudaram de tom ao longo do ano. Nos primeiros meses é possível observar ainda contradições nas informações sobre sintomas ou formas de prevenção ao coronavírus. Há também o destaque para reportagens com o foco educativo nos primeiros meses de coleta, com o objetivo de esclarecer informações sobre a doença. Outro dado relevante é a mudança de tom que foi reservado às reportagens que abordaram a solidariedade. No início do material coletado, o jornal ressalta a onda de solidariedade provocada pela crise sanitária. A partir de setembro, a reportagem alerta a queda nas doações, que serviam de auxílio para as famílias que perderam a renda por causa da pandemia.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que a proposta desta pesquisa foi a de observar telejornais veiculados por um ano, com o objetivo de identificar as diferenças da cobertura ao longo do tempo e caracterizar o material, encontramos conteúdos que puderam ser caracterizadas de formas diferentes.

Partimos da hipótese de que esse público não foi o principal tema no telejornal dentre os temas que envolveram a crise de saúde. De fato, foram encontradas no período analisado 28 reportagens no Jornal Nacional que trataram dos mais vulneráveis.

Para chegar a esses debates e reflexões, tratamos sobre a responsabilidade social do jornalismo e a efetiva missão desses profissionais. Além disso, foi possível estabelecer uma discussão sobre jornalismo e saúde, e esperamos que essa atividade seja educativa para a sociedade.

Ainda do ponto de vista teórico, tratamos sobre as características do telejornalismo no Brasil, incluindo os tipos de materiais, os tempos de duração e a suposta superficialidade desse tipo de jornalismo para esta plataforma. Para isso, foram estudados autores que são referências no tema.

Além disso, outra discussão refere-se à produção jornalística e as rotinas de edição. A superficialidade pode ser mais considerada uma consequência de uma forma de produção do que uma causa. Para isso, tratamos sobre o gatekeeper e gatewatching, cuja teoria refere-se a um conceito atual que o editor faz o papel mais de um curador do que alguém pede que uma reportagem seja veiculada de um jeito ou de outro.

O trabalho de conferir cada uma das edições no período de um ano possibilitou estabelecer um nexos de que esse público periférico não foi, segundo a amostra, como a prioridade na cobertura do *Jornal Nacional*. Apenas 28 reportagens foram encontradas. Ainda assim, houve materiais que foram coletados, mas a periferia foi citada, ainda que não tenha sido o centro de determinado material jornalístico, como foram os casos das matérias sobre educação. Pelo fato de ter citado personagens em situação de invisibilidade, foi inserido na amostra, o que consideramos justo em função de que o olhar do jornalista teve atenção especial para esse público. Poderia haver comportamento distinto o veículo.

Outro comentário que pode ser útil para futuras pesquisas é que a escolha das categorias foi útil para chegar às análises e conclusões já esboçadas. Entre as novidades que foram adequadas ao longo do trabalho, estão as inclusões das categorias “solidariedade externa” e “culpabilização da vítima”. Essas novas analogias foram importantes porque existiram momentos em que não era possível enquadrar ou categorizar os conteúdos com as informações que tínhamos até aquele momento.

Nas matérias sobre as questões e dramas diante das desigualdades sociais, a par das narrativas recheadas de detalhes de informações visuais, faltam nos materiais busca das causas e das soluções para os problemas. Entre as categorias que buscamos elucidar nesse emaranhado de informações, as periferias de São Paulo e Rio de Janeiro são mais contempladas do que se outros locais.

Após um ano de estudo, é possível ainda identificar que existem diferentes momentos das coberturas que variaram de espanto para os problemas a exemplos de falta de recursos. Fome, desnutrição, desemprego são temas recorrentes, embora não exista conteúdo de viés investigativo.

Mas, surpreendentemente, a culpa recair para a vítima não é o único problema das narrativas utilizadas. Os olhares dos jornalistas estão para os “outros”, os “invisíveis” que passam a ter olhar às exceções, e não como grande parte da sociedade brasileira, da marca dos desassistidos de saúde, de educação, de infraestrutura e de informação.

Para compreender mais esse cenário, outras pesquisas podem trabalhar o período total da pandemia. Não apenas no Jornal Nacional, mas também em outros levantamentos em veículos de outros tipos de mídias, ou em comparação a outros telejornais.

Chama-nos atenção a necessidade de um trabalho rigoroso sobre enxergar o jornalismo como uma atividade pública que pode mobilizar a sociedade, alertar sobre a falta de políticas públicas, sobre a falta de atenção com quem não foi nem é prioridades das atenções. Verificamos nas reportagens recomendações para que as pessoas lavem as mãos ou até usem álcool em gel. Nesse sentido e em tantos outros, há dissonâncias com a realidade e distorções de como cidadãos comuns podem agir ao assistir a uma reportagem na TV.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. 1997. **Sobre a Televisão** – Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos (tradução de Maria Lúcia Machado). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. V.II – Influenza/Varíola. 5 ed. Brasília: Funasa, 2002.
- BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016** : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2016. 120 p. : il. ISBN: 978-85-85142-60-5 1. Comunicação de massa – Brasil. 2. Consumo de mídia – Brasil. 3. População brasileira. I. Título.
- CASTIEL, L.D.; GUILAM, M.C.; FERREIRA, M.S. **Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- CURADO, Olga **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de ética dos jornalistas brasileiros** < <http://www.fenaj.org.br> >.
- FIELDING,R.et al. Avian influenza risk perception, Hong Kong. *Emerging Infectious Diseases*., 11 (5): 677-682, 2005
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da liberação**. São Paulo: Centauro, 2008.
- GIDDENS, A. **Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais**. <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>>
- IBGE. **Materiais especiais: uso de internet, televisão e celular no Brasil**. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#subtitulo-4>. Acessado em abril de 2021
- KNEIPP, V.P. **Trajectoria da formação do telejornalista brasileiro–as implicações do modelo americano**. Tese de Doutorado. Orientação: José Marques de Melo. São Paulo: PPGCOM-ECA-USP, 2008.

- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público deve exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 3. ed. São Paulo: Atica, 2001
- MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.
- MELO, Camila. **Diferentes formas de informar no telejornalismo**. Grupo A, 2020. [Minha Biblioteca].
- MEDINA, Cremilda. **Profissão Jornalista: Responsabilidade Social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- OLIVEIRA, V. C. **As Fabulações Jornalísticas e a Saúde**. In: LERNER, Kátia (Org.). Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas./organizado por Kátia Lerner e Igor Sacramento. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.
- PATERNOSTRO, Vera. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo (SP): Contexto, 2005.
- PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, A. A. (Org.) Comunicação Análise de enquadramento 17 e política: conceitos e abordagens. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009
- SALES, José Roberto. **A gripe espanhola em Varginha (MG) 1918: memória de uma tragédia**. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Minas Gerais, 2005. p. 14.
- SOMMA NETO, João. **JORNALISMO DE TELEVISÃO : INSTRUMENTO DE CIDADANIA**. BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. 01, p. 1-8, 2018.
- TUCHMAN, Gaye. **Making news**. New York: The Free Press, 1978.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. 1 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.
- VAZ, P. ; Cardoso, J. Riscos, **Sufrimento e Política: a epidemia no Jornal Nacional**. In: LERNER, Kátia (Org.). Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas./organizado por Kátia Lerner e Igor Sacramento. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.
- WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução: Karina Janini. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ANEXO 1

Links dos endereços das reportagens analisadas**1) Links para reportagens veiculadas em abril de 2020**

<https://globoplay.globo.com/v/8496707/>

<https://globoplay.globo.com/v/8496651/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8502664/?s=0s>

2) Links para reportagens veiculadas em maio de 2020

<https://globoplay.globo.com/v/8536307/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8536287/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8552121/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8571389/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8576048/>

3) Links para reportagens veiculadas em junho de 2020

<https://globoplay.globo.com/v/8650027/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8608907/?s=0s>

4) Links para reportagens veiculadas em julho de 2020

<https://globoplay.globo.com/v/8727499/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8705263/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8678468/?s=0s>

5) Links para reportagens veiculadas em agosto de 2020

<https://globoplay.globo.com/v/8798068/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8778806/?s=0s>

6) Links para reportagens veiculadas em setembro de 2020

<https://globoplay.globo.com/v/8871486/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8865917/?s=0s>

<https://globoplay.globo.com/v/8856230/?s=0s>

7) Links para reportagens veiculadas em outubro de 2020

<https://globoplay.globo.com/v/8905913/?s=0s>

8) Links para reportagens veiculadas em novembro de 2020

<https://globoplay.globo.com/v/9038258/?s=0s>

9) Links para reportagens veiculadas em dezembro de 2020

<https://globoplay.globo.com/v/9070761/?s=0s>

10) Links para reportagens veiculadas em janeiro de 2021

<https://globoplay.globo.com/v/9203335/?s=0s>

11) Links para reportagens veiculadas em fevereiro de 2021

<https://globoplay.globo.com/v/9265406>

<https://globoplay.globo.com/v/9251274>

<https://globoplay.globo.com/v/9230523>

12) Links para reportagens veiculadas em março de 2021

<https://globoplay.globo.com/v/9254864>

<https://globoplay.globo.com/v/9359108>

<https://globoplay.globo.com/v/9355606/>